

**UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS - UNISINOS
UNIDADE ACADÊMICA DE GRADUAÇÃO
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

JEAN LUÍS DA SILVA

FINANÇAS PESSOAIS:

**Um Estudo sobre Investimentos dos Estudantes do Curso de Ciências
Contábeis de uma Universidade da Região Metropolitana de Porto Alegre/RS**

**São Leopoldo
2020**

JEAN LUÍS DA SILVA

FINANÇAS PESSOAIS:

**Um Estudo sobre Investimentos dos Estudantes do Curso de Ciências
Contábeis de uma Universidade da Região Metropolitana de Porto Alegre/RS**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado como requisito parcial para
obtenção do título de Bacharel em Ciências
Contábeis, pelo Curso de Ciências
Contábeis da Universidade do Vale do Rio
dos Sinos - UNISINOS

Orientador: Prof. Ms Alcides Brugnera

São Leopoldo

2020

Dedico este trabalho...
Aos meus pais, por todo o carinho e apoio
que me deram nessa jornada acadêmica.
Aos meus avós, por toda a ajuda e as
mensagens de preocupação.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao meu professor orientador, Ms. Alcides Brugnera, por todo o apoio e trocas de ideias sobre o trabalho, não importando dia ou horário. Todo esse intercâmbio, foi de grande inspiração para a conclusão desse trabalho.

Agradeço a professora e coordenadora do curso de ciências contábeis, Dra. Charline Pires e ao professor Dr. Ernani Ott pelas orientações e sugestões dadas, foram de grande apoio.

Agradeço aos professores Ms. Carine de Oliveira, Ms. Claudia Raupp e Ms. Renato Carlson pela ajuda dada na fase de aplicação e interpretação do resultado do questionário.

Agradeço as minhas colegas Kelly Leal e Tainara de Oliveira, pela parceria ao longo do curso e por me ajudarem com feedbacks sobre o questionário.

Agradeço por fim, aos colegas que atenderam ao pedido respondendo o questionário e dessa forma dando vida a toda teoria deste trabalho.

“A triste ironia é que os 20 anos podem não ser tão significativos. Podemos imaginar que as experiências mais importantes da vida são aprendidas nos grandes momentos e nos encontros empolgantes, mas não é assim que as coisas acontecem.” (JAY, 2014, p. 7).

RESUMO

O presente estudo teve como tema a educação financeira para universitários do curso de graduação de Ciências Contábeis de uma universidade da região metropolitana de Porto Alegre. O objetivo da pesquisa foi descrever e comparar os tipos de investimentos que os universitários ingressantes e os próximos do término do curso buscam no mercado. Realizou-se uma pesquisa descritiva, por meio de pesquisas bibliográficas e de levantamento – survey, com abordagem quantitativa através de questionário com 16 questões, aplicado a uma amostra de 74 estudantes entre o primeiro e oitavo semestre, de um total de 196 alunos, representando em torno de 38% da população, para verificar seus conhecimentos sobre o assunto. Na análise dos resultados, foi possível verificar que os estudantes, de maneira geral, estão fazendo seus investimentos pensando no melhor retorno financeiro em equilíbrio com o tempo que ficará investido e o risco da aplicação. Com os dados obtidos na pesquisa, identificou-se que o conhecimento gerado pelo curso está formando novos investidores nesse mercado cada vez mais competitivo.

Palavras-chave: Educação Financeira. Finanças pessoais. Investimentos. Universitários.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Controle de Gastos Mensais.....21
Quadro 2: Tabela Regressiva de IR.....35
Quadro 3: Estudos Relacionados38

LISTA DE GRÁFICOS

| | |
|---|----|
| Gráfico 1: Semestre de estudo | 45 |
| Gráfico 2: Gênero | 45 |
| Gráfico 3: Idade | 46 |
| Gráfico 4: Estado Civil | 47 |
| Gráfico 5: Ocupação Profissional | 48 |
| Gráfico 6: Renda..... | 49 |
| Gráfico 7: Educação Financeira Familiar | 50 |
| Gráfico 8: Controle Pessoal dos Gastos | 52 |
| Gráfico 9: Ganho x Gastos | 53 |
| Gráfico 10: Quem possui investimentos | 55 |
| Gráfico 11: Investimentos | 56 |
| Gráfico 12: Principal Investimento | 57 |
| Gráfico 13: Motivo da escolha do principal investimento | 58 |
| Gráfico 14: Capital Investido..... | 60 |
| Gráfico 15: Resgate do Investimento..... | 61 |
| Gráfico 16: Papel da Graduação | 63 |

LISTA DE SIGLAS

| | |
|-------|--|
| CDB | Certificado de Depósito Bancário |
| CDI | Certificado de Depósito Interfinanceiro |
| COPOM | Comitê de Política Monetária do Banco Central |
| CPF | Cadastro Pessoa Física |
| FAPI | Fundo de Aposentadoria Programada Individual |
| FGC | Fundo Garantidor de Crédito |
| IGP-M | Índice Geral de Preços do Mercado |
| IPTU | Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana |
| IPVA | Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores |
| IR | Imposto de Renda |
| IRRF | Imposto de Renda Retido na Fonte |
| LFT | Letra Financeira do Tesouro |
| LTN | Letra do Tesouro Nacional |
| NTN-B | Nota de Tesouro Nacional – Série B |
| NTN-C | Nota de Tesouro Nacional – Série C |
| NTN-F | Nota de Tesouro Nacional – Série F |
| ON | Ações Ordinárias |
| PGBL | Plano Gerador de Benefícios Livres |
| PN | Ações Preferenciais |
| RDB | Recibo de Depósito Bancário |
| SELIC | Sistema Especial de Liquidação e Custódia |
| TR | Taxa de Referência |
| VGBL | Plano de Vida Gerador de Benefícios Livres |

SUMÁRIO

| | |
|---|-----------|
| 1 INTRODUÇÃO | 11 |
| 1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DO TEMA E PROBLEMA..... | 11 |
| 1.2 OBJETIVOS | 14 |
| 1.2.1 Objetivo Geral | 14 |
| 1.2.2 Objetivos Específicos | 14 |
| 1.3 DELIMITAÇÃO DO TEMA..... | 15 |
| 1.4 JUSTIFICATIVA DO ESTUDO | 15 |
| 1.5 ESTRUTURA DO TRABALHO | 15 |
| 2 REFERENCIAL TEÓRICO | 17 |
| 2.1 VIDA ADULTA..... | 17 |
| 2.1.1 Fase dos 20 aos 30 anos | 17 |
| 2.1.1.1 Escolhas..... | 18 |
| 2.2 FINANÇAS | 19 |
| 2.3 AQUISIÇÃO DE BENS DURÁVEIS..... | 21 |
| 2.3.1 Casa | 22 |
| 2.3.2 Móveis, Eletrodomésticos e Eletroeletrônicos | 22 |
| 2.3.3 Automóvel | 22 |
| 2.4 INVESTIMENTOS | 23 |
| 2.4.1 Caderneta de Poupança | 25 |
| 2.4.1.1 Taxa de Referência | 26 |
| 2.4.2 CDB | 26 |
| 2.4.3 Títulos Públicos | 27 |
| 2.4.4 Debêntures | 28 |
| 2.4.5 Ações | 30 |
| 2.4.6 Fundos de Investimentos | 32 |
| 2.4.6.1 Previdência Privada – PGBL e VGBL..... | 33 |
| 2.4.6.2 Fundos Derivativos..... | 36 |
| 2.4.6.3 Fundos Cambiais..... | 36 |
| 2.4.6.4 Fundo de Investimento Imobiliário..... | 37 |
| 2.5 ESTUDOS RELACIONADOS..... | 37 |
| 3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS | 39 |
| 3.1 CLASSIFICAÇÃO DA PESQUISA..... | 39 |

| | |
|---|-----------|
| 3.1.1 Quanto à natureza | 39 |
| 3.1.2 Quanto à forma de abordagem do problema | 39 |
| 3.1.3 Quanto aos objetivos | 40 |
| 3.1.4 Quanto ao procedimento técnico..... | 40 |
| 3.2 POPULAÇÃO E AMOSTRA | 41 |
| 3.3 PLANO DE COLETA, TRATAMENTO E ANÁLISE DOS DADOS | 41 |
| 3.4 LIMITAÇÕES DO MÉTODO..... | 43 |
| 4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS | 44 |
| 4.1 PERFIL DOS ESTUDANTES | 44 |
| 4.1.1 Semestre que estão cursando..... | 44 |
| 4.1.2 Gênero..... | 45 |
| 4.1.3 Idade | 46 |
| 4.1.4 Estado civil | 47 |
| 4.1.5 Ocupação Profissional..... | 48 |
| 4.1.6 Renda | 49 |
| 4.2 CONHECIMENTO SOBRE INVESTIMENTOS | 50 |
| 4.2.1 Educação Financeira Familiar..... | 50 |
| 4.2.2 Controle Pessoal dos Gastos..... | 51 |
| 4.2.3 Ganho x Gastos | 53 |
| 4.3 INVESTIMENTOS | 54 |
| 4.3.1 Investir x Não Investir | 54 |
| 4.3.2 Investimentos Disponíveis | 55 |
| 4.3.3 Principal Investimento | 57 |
| 4.3.4 Motivo da Escolha do Principal Investimento..... | 58 |
| 4.3.5 Capital Investido..... | 60 |
| 4.3.6 Resgate do Investimento | 61 |
| 4.3.7 Papel da Graduação | 62 |
| 5 CONCLUSÃO | 65 |
| REFERÊNCIAS..... | 68 |
| APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO DE PESQUISA | 70 |

1 INTRODUÇÃO

1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DO TEMA E PROBLEMA

A fase inicial da vida adulta é rodeada de situações que exigem decisões que o jovem acredita poder ser adiada para um momento futuro e assim deixar todas as opções em aberto. Mas engana-se quem pensa dessa maneira, estudos feitos por universidades norte americanas buscam entender qual a melhor fase de escolhas e como elas impactam em nossas vidas e essa fase é de extrema importância para o sucesso da vida profissional e pessoal. (JAY, 2014).

O autor acrescenta que toda a escolha feita nessa primeira década da vida adulta, entre os 20 e 30 anos, é importante e vai direcionar o jovem ao sucesso pessoal e profissional. O adiamento de escolhas para um segundo momento pode afastar muito do destino desejado. Jay (2014, p. 18) nos diz: “Trata-se de um período crucial em que as coisas que fazemos – e deixamos de fazer – terão um efeito significativo ao longo dos anos e até sobre gerações futuras”.

O conhecimento na área financeira não é um dever apenas das empresas, as pessoas de modo geral necessitam disso para se tornarem capazes de administrar suas finanças e assim serem um futuro investidor. Brito (2016) comenta que ambos, pessoas físicas e jurídicas, precisam de um bom conhecimento sobre finanças, pois os princípios da administração financeira são aplicados a todos. Pires (2007) salienta que as empresas têm mais fácil acesso a esse conhecimento e que muitas vezes as pessoas físicas precisam se contentar apenas com dicas e conselhos, não entendendo bem tudo o que está envolvido.

Segundo Brito (2016), o controle dos gastos se faz necessário, de tal forma que colocar metas de curto a longo prazo é um grande passo, pois estimula a continuar com o plano de reduzir os gastos desnecessários. Luquet (2007) divide os gastos que as pessoas tem ao longo do ano em três categorias: (1) gastos fixos, onde os mesmos ocorrem mensalmente e com valores pré-estabelecidos; (2) gastos variáveis, aqueles que ocorrem mensalmente com valores que podem oscilar e por isso podem ser reduzidos conforme a necessidade; e (3) gastos arbitrários, gastos que podem ser classificados como “supérfluos” e por isso podem ser eliminados por completo até o equilíbrio das finanças voltar ao normal ou até alcançar as metas desejadas.

E, por fim, pode ser criada uma quarta categoria conforme Brito (2016) denominada de despesas extras ou “gastos extras” que devem ser considerados, pois ninguém está livre de ter gastos que não estão previstos, como despesas médicas, por exemplo.

Como abordado até aqui, é necessário definir metas, sejam elas de curto, médio ou longo prazo. Pode-se colocar como meta de curto prazo a aquisição de um automóvel e como meta de longo prazo a compra de uma casa. Pires (2007) menciona que a compra, tanto de um veículo como de uma casa gera independência e grande conforto, ponto esse que é positivo, porém outros aspectos precisam ser analisados, como impostos a pagar anualmente, manutenções que serão necessárias fazer para a conservação do bem, gastos com combustível, entre outros.

Outra meta que pode ser estipulada é o investimento no mercado financeiro. Cerbasi (2013) diferencia as vantagens e desvantagens de investir com taxa prefixada e pós-fixada, onde de maneira direta o retorno do investimento é calculado no momento da aquisição do investimento ou no momento que findar o investimento, respectivamente. O autor menciona sobre investir na caderneta de poupança, que o ideal é para curto prazo e para pessoas com poucos recursos, pois a rentabilidade é baixa. Luquet (2007, p.20) assinala: “considere a caderneta de poupança apenas para pequenas quantias [...] Há opções tão seguras quanto e mais rentáveis”.

Cerbasi (2013) mostra que cada esfera das pessoas jurídicas tem seu próprio método de captação de recursos no mercado de investimento e dessa forma representa um campo para os investidores se dedicarem a aplicar suas economias. Na primeira esfera, bancos e financeiras lançam títulos chamados de CDB e Letras de Crédito, na esfera seguinte o governo seja federal, estadual ou municipal vende títulos públicos. Na última esfera, as demais empresas, elas disponibilizam no mercado debêntures, todos estes podem ser taxados com juros prefixados ou pós-fixados. As empresas também lançam no mercado financeiro ações, títulos com a finalidade de tornar o investidor um pequeno proprietário da empresa e assim ganhar com a divisão de dividendos ou com a valorização das ações.

No mercado financeiro também há possibilidade de investir em fundos de investimentos, onde pode-se dizer que a união faz a força, pois vários investidores formam um fundo que ganha mais competitividade na hora de aplicar os recursos, devido ter um alto valor de capital. Luquet (2007, p.102) acrescenta: “Os fundos

também permitem acesso a aplicações e taxas atraentes que estão disponíveis apenas a grandes investidores”.

Os fundos abordados foram previdência privada PGBL e VGBL, fundos derivativos, fundos cambiais e fundos de investimento imobiliário. Segundo Luquet (2007) o investidor antes de entrar em um fundo de investimento precisa analisar se os riscos que o fundo oferece são compatíveis com o risco que está disposto a correr, quais as taxas cobradas pela administradora, se as aplicações estão bem diversificadas e como o fundo reagiu em crises passadas.

Luquet (2007) mostra os planos de previdência disponíveis no mercado com suas vantagens e desvantagens. No Plano Gerador de Benefícios Livres (PGBL) há a possibilidade de abater até 12% da renda bruta no imposto de renda, dessa forma podendo investir no futuro usando um dinheiro que iria para o IR. Em contraste o Plano de Vida Gerador de Benefícios Livres (VGBL) não concede essa vantagem, sendo indicado para investidores que não descontam imposto de renda ou investidores que já estão descontando o limite dos 12% do IR no PGBL e querem investir mais em previdência.

Neto (2010) também elenca outra vantagem dos planos, no PGBL a tributação do imposto de renda ocorre apenas no momento do resgate sobre o montante, em compensação no VGBL o imposto de renda ocorre sobre o ganho de capital, isto é, sobre o lucro que tiver ao longo do período. O resgate pode ser de maneira vitalícia ou temporária, onde a diferença dos dois está no período que o beneficiário irá receber seus proventos.

Semelhante a previdência PGBL, há o Fundo de Aposentadoria Programada Individual (FAPI), onde Neto (2010) nos mostra que a diferença entre ele e o PGBL está no momento do resgate e na incidência do imposto de renda. O resgate nesse plano consiste em receber todo o dinheiro investido já corrigido de uma vez só e a incidência de IR é sempre que o mesmo tiver rendimento ao longo do período investido e não somente no final na hora do resgate.

Os fundos derivativos segundo Luquet (2007) consiste em investimentos mais arrojados, de maior risco, devido investirem em mercados futuros e de opções usando recursos dos próprios investidores e recursos de terceiros, também conhecido por alavancagem. Segundo o mesmo autor, os fundos cambiais também apresentam um alto grau de risco devido usar moedas estrangeiras, dólar ou euro, apesar desse risco mais elevado, é indicado para investidores experientes e que pretendam quitar dívidas

do exterior, fazer viagens ou morar fora do país, pois o valor adquirido na moeda estrangeira será o mesmo até o final do investimento.

Conforme Neto (2010) o fundo imobiliário é em forma de condomínio fechado, não podendo o investidor pedir o resgate do grupo e sair, para isso é necessário vender sua cota para um terceiro e esse assumir seu lugar no grupo. Como característica forte desse investimento, o valor captado é obrigatório o uso de no mínimo 75% em ativos imobiliários podendo o restante do capital ser aplicado em renda fixa.

Analisando as formas de investimentos disponíveis no mercado, surge o seguinte problema: Quais os tipos de investimentos que estudantes ingressantes no ensino superior buscam em comparação com estudantes que já estão próximo do término de sua graduação?

1.2 OBJETIVOS

O objetivo geral e os específicos deste trabalho foram destacados conforme segue:

1.2.1 Objetivo Geral

Descrever e comparar os tipos de investimentos que os universitários ingressantes buscam em comparação com universitários que já estão próximo do término de sua graduação.

1.2.2 Objetivos Específicos

São considerados como objetivos específicos a serem atingidos:

- a) Conhecer alguns dos tipos de investimentos disponíveis no mercado financeiro;
- b) Identificar os investimentos mais atrativos para um determinado grupo;
- c) Pesquisar os produtos de investimentos efetuados pelos estudantes; e
- d) Comparar se os investimentos de ambos os grupos são semelhantes ou não e dessa maneira analisar se o aprofundamento do conhecimento em

investimentos ofertado pelo curso está formando ou não novos investidores.

1.3 DELIMITAÇÃO DO TEMA

A temática que envolve finanças pessoais oferece diversas oportunidades para investigação. Nesse trabalho o foco de interesse recairá sobre o tópico relacionado com investimentos e visa abordar alguns investimentos disponíveis no mercado e quais são os mais utilizados pelos estudantes, buscando compreender os motivos considerados essenciais nessa escolha. Portanto, não é o propósito desse trabalho abordar outros aspectos relacionados com finanças pessoais como, por exemplo, o nível de endividamento.

1.4 JUSTIFICATIVA DO ESTUDO

Esse trabalho tem como finalidade mensurar o conhecimento que estudantes, ingressantes e alunos próximos de concluir o ensino superior, têm sobre investimentos e quais no seu entender são mais atrativos e quais os elementos são considerados em uma eventual escolha em investir. Também visa mensurar quantos já possuem investimentos e identificar se a trajetória ao longo do curso modifica o entendimento que eles têm sobre o mercado financeiro.

Dessa forma, espera-se contribuir para que outros alunos possam compreender melhor esta temática e se tornar possíveis investidores, movimentando as carteiras de investimentos de forma que entendam os principais investimentos disponíveis no mercado com suas vantagens e desvantagens.

Visa também contribuir com o meio acadêmico por mostrar se os jovens após adquirirem o conhecimento em investimentos, eles estão utilizando mais dos recursos disponíveis no mercado.

1.5 ESTRUTURA DO TRABALHO

Esse trabalho está estruturado em cinco capítulos. No primeiro capítulo apresenta-se a introdução com a contextualização do tema, seus objetivos, a delimitação do tema e a justificativa do estudo.

No segundo capítulo é apresentado o referencial teórico onde se aborda sobre finanças e os variados tipos de investimentos. No terceiro capítulo são descritos os procedimentos metodológicos.

No quarto capítulo se encontra o resultado do questionário aplicado aos estudantes de ciências contábeis, e por fim, o quinto capítulo é composto pelas considerações finais, seguido pelas referências utilizadas e apêndice.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Este capítulo fará uma breve introdução sobre a fase inicial da vida adulta, também abordará sobre o conceito e características de finanças, aquisições de bens duráveis e sobre investimentos, assunto este que será o principal do trabalho. Dentro do assunto de investimentos será abordado alguns já existentes no mercado, suas diferenças, seus riscos e quais os públicos de investidores atraídos por tipo de investimento.

2.1 VIDA ADULTA

Nesse tópico será abordado sobre a faixa etária dos 20 aos 30 anos, fase essa que é o início da vida adulta e a base de estudo desse trabalho.

2.1.1 Fase dos 20 aos 30 anos

Segundo Jay (2014), a fase dos 20 aos 30 anos é desejada por jovens que ainda vão chegar nessa idade e por adultos que já passaram dessa idade, porém quem está vivenciando essa fase gostaria de pular essa etapa e chegar logo nos 30 por acreditar que algo melhor os aguarda, uma vida com decisões mais fáceis de se tomar, algo mais concreto.

Estudos feitos em universidades norte americanas buscam identificar a melhor trajetória para alguém ser bem-sucedido tanto em sentido profissional, como pessoal. O estudo revela que a maioria dos eventos que são capazes disso está nessa fase que os jovens querem pular. Conforme Jay (2014, p. 10), “[...] 80% dos fatos mais importantes da vida ocorrem até os 35 anos, depois disso geralmente damos prosseguimento – ou corrigimos – as ações que iniciamos na década anterior”.

Segundo estudos do autor, esse período do início da vida adulta conforme as escolhas tomadas pelos jovens, tem o poder de alterar radicalmente o caminho a ser trilhado e apesar da escolha feita parecer pequena, ela pode levar o indivíduo mais longe e com maior rapidez. Jay (2014, p. 18) nos diz: “Trata-se de um período crucial em que as coisas que fazemos – e deixamos de fazer – terão um efeito significativo ao longo dos anos e até sobre gerações futuras”.

Os estudos mostram que os jovens nessa fase da vida preferem não tomar escolhas, achando que ao chegar nos seus 30 anos terão todas as opções em aberto, mas engana-se quem tem esse pensamento. Assim como pequenas escolhas pode levar o indivíduo longe, a falta de escolhas também pode levar a pessoa longe, porém o sentido que essa falta de escolha levará pode ser muito distante do destino final que ele queria chegar. (JAY, 2014).

2.1.1.1 Escolhas

No início da fase adulta escolhas de qual carreira seguir pode ser fundamental para o sucesso e muitas vezes necessita-se de apoio e encorajamento de pessoas próximas que estão no nosso círculo de amizades ou como apresentado pelo autor, vínculos fortes. Mas um outro grupo de pessoas que também farão diferença nesses laços profissionais, são as pessoas consideradas como conhecidos, como: ex-colegas, amigos com os quais o contato diminuiu, amigos ou parentes de pessoas mais próximas de nós. (JAY, 2014).

Segundo o autor essa segunda categoria pode ser chamada de vínculos fracos, pessoas com pensamentos diferentes que motivam por tirar o indivíduo da zona de conforto, por mostrar novos caminhos e apresentar outras pessoas ao convívio, isso pode ser de grande ajuda no sucesso pessoal e profissional.

Conforme Jay (2014, p. 31), nos diz:

Vínculos fracos são as pessoas que encontramos, ou com quem temos algum tipo de relação, mas que atualmente não conhecemos bem. [...] Por não serem meros integrantes de um bando já restrito, eles nos dão acesso a coisas e pessoas que desconhecemos. Os vínculos fracos disseminam informações e oportunidades mais longe e rápido do que os amigos próximos, já que possuem menos contatos coincidentes. Eles são como pontes cuja outra ponta você não vê, de modo que não sabe aonde podem levar.

Para muitos jovens que estão chegando nessa fase, acredita-se que há uma ampla lista de possibilidades que pode ser representado de maneira figurada como estar em um oceano e não ter visão da praia em nenhuma das direções e dessa maneira não saber para onde nadar. O autor mediante estudos feitos considera que o jovem chegando na faixa etária dos 25 aos 30 anos não tem mais uma lista inumerável de possibilidades que podem ser alcançadas e sim uma média de seis possíveis acertos para sua vida, pois as duas décadas anteriores de vivências moldaram o

indivíduo fazendo ter um estilo de vida e gostos pessoais que farão diferença se tomar uma escolha aleatória. (JAY, 2014).

2.2 FINANÇAS

Segundo Pires (2007, p.13) “finanças pessoais têm por objeto de estudo e análise as condições de financiamento das aquisições de bens e serviços necessários à satisfação das necessidades e desejos individuais”.

Conforme Gitman (2010, p.3), “o termo finanças pode ser definido como a arte e ciência de administrar o dinheiro”. Mantendo a linha de raciocínio, Brito (2016, p.175) diz: “o planejamento financeiro é recomendado para auxiliar no equilíbrio entre receitas e despesas”.

O conhecimento na área de finanças para as pessoas, seja de maneira individual ou familiar, de modo geral, acaba sendo de pouco acesso. Na maioria das vezes elas precisam se contentar apenas com dicas e conselhos sem entender toda a lógica que rege essa área. Em contraste com essa realidade, pessoas com grandes fortunas, assim como as empresas podem contar com o suporte de pessoal qualificado para gerir essas informações e assim aumentar seu patrimônio. (PIRES, 2007).

Um bom estudo sobre finanças também é indicado para as pessoas físicas, assim como as pessoas jurídicas, de maneira geral, já a possuem, pois em ambos os casos os princípios que regem a administração financeira serão aplicáveis a todos e será de grande valia para gerenciar as finanças quem tiver esse conhecimento. (BRITO, 2016).

Conforme Luquet (2007) atualmente, um bom planejamento financeiro onde o indivíduo saiba quanto ganha, quanto gasta e que ao final do período tenha sobrado recursos para possíveis investimentos é algo dominado por poucos. Porém este é um dos primeiros passos para quem quer ter uma vida financeira tranquila e se tornar um futuro investidor, e dessa maneira aumentar seu patrimônio. As pessoas, na sua grande maioria, não sabem mensurar de forma completa seus ganhos, gastos e o total de bens que possuem, deixando assim sua vida financeira desorganizada.

Segundo Brito (2016, p. 174),

Em cenário de aumento da taxa básica de juros e inflação, com impactos no encarecimento do crédito e na taxa de desemprego, todo cuidado é pouco

com relação às contas pessoais. O desafio para as pessoas endividadas é organizar a vida financeira e deixar as contas em equilíbrio.

As pessoas ao pensarem em fazer seu planejamento financeiro, precisam colocar objetivos ou metas de curto, médio e longo prazo, dessa maneira será mais fácil guardar recursos, pois ver a cada mês os seus objetivos mais próximos será um grande estímulo. Caso não seja possível aplicar recursos, devido os gastos serem maiores que as receitas, será necessário o corte dos gastos que são menos importantes até que volte a sobrar recursos para serem aplicados e caso surja despesas emergenciais. (BRITO, 2016).

Durante essa fase de estabelecer metas e controlar os gastos, é de grande necessidade evitar as tentações com crédito fácil para a aquisição de algum bem. Agir por impulso nessa hora não é o mais apropriado a ser feito. Todo crédito fácil está embutido de alta taxa de juros, pois quanto maior o risco que o banco corre emprestando dinheiro, maior será a taxa de juros para compensar uma possível perda. (BRITO, 2016).

Para Luquet (2007), pode-se analisar quais elementos formam as receitas e os gastos que as pessoas possuem. As receitas se dividem em receita principal ou primária, proveniente do trabalho assalariado do indivíduo ou outra forma e receitas secundárias que podem ser provenientes de investimentos, aluguéis, um segundo trabalho ou outras fontes. De maneira simples, pode-se dividir os gastos em três categorias: gastos fixos, gastos variáveis e gastos arbitrários.

A seguir, será analisado cada um separadamente: Gastos fixos são todos aqueles que mês após mês tem seu valor inalterado, como por exemplo: aluguel ou prestação do imóvel, IPTU, IPVA, parcela do carro e outros. Gastos variáveis são aqueles que variam de um mês a outro, também podem ser reduzidos como forma de economia, são eles: energia elétrica, água, telefonia, alimentação e outros. Gastos arbitrários são aqueles que também podem ser reduzidos ou até mesmo eliminados por completo quando as contas estão em desequilíbrio, são eles: gastos com restaurante, cinema, viagem, roupas e outros. (LUQUET, 2007).

Analisando ainda sobre os gastos, uma nova categoria pode ser introduzida junto a essas já elencadas, Brito (2016, p. 176) menciona: “Despesas extras – são os gastos imprevisíveis, ou seja, aquelas despesas para as quais precisamos estar preparados, como gastos com médicos, hospitais, empréstimos e outros”.

Pode-se criar uma planilha para colocar todas essas informações e assim manter o controle dos gastos mensais.

Quadro 1: Controle de Gastos Mensais

| | |
|--------------------|--|
| Receitas | Salário Outros Total de Receitas (A) |
| Gastos Fixos | Aluguel/Prestação imóvel IPTU IPVA Parcela carro Outros |
| Gastos Variáveis | Energia elétrica Água Telefonia Alimentação Outros |
| Gastos Arbitrários | Restaurante Cinema Viagem Roupa Outros Total de Despesas (B) |
| Saldo Total | Receitas – Despesas (A-B) |

Fonte: Luquet (2007).

2.3 AQUISIÇÃO DE BENS DURÁVEIS

Assim como as empresas que investem com a finalidade de gerar bens e produtos com o intuito de gerar receitas e lucros, o investimento nas finanças pessoais é para a compra ou aquisição de bens duráveis com o intuito de gerar satisfação e comodidade. Ao longo dos anos as pessoas podem aplicar seus recursos em vários bens duráveis, tais como: casa própria, móveis, eletrodomésticos e eletroeletrônicos para sua casa, automóvel, dentre outros. Antes de qualquer tipo de aquisição, é necessário fazer um estudo mais aprofundado para ver se a compra desse bem será ou não vantajosa. (PIRES, 2006).

2.3.1 Casa

Conforme Pires (2007), a tão sonhada casa própria, desejo quase unânime de todos que ainda não possuem, devido a segurança, privacidade e abrigo que pode proporcionar, pode ser uma boa aquisição ou não no curto prazo. Analisando uma pessoa que pode comprar sua casa à vista, em vez de comprar ela resolve aplicar seu dinheiro, quanto o mesmo irá render no período? Caso esse rendimento seja o dobro do valor do aluguel, a melhor ideia seria pagar o aluguel e com a outra parte do retorno financeiro guardar para o futuro. No momento que essa vantagem deixar de existir, chegou a hora de comprar a casa própria.

A aquisição de uma casa não é composta apenas de momentos alegres, após a compra ainda vão existir gastos periódicos com o bem, manutenções serão necessárias para manter a estrutura em bom estado e para não haver desvalorização do patrimônio. Outro ponto a se analisar, são as benfeitorias feitas, quanto mais a casa tiver, mais valorizada a mesma poderá ficar, mas em contrapartida, aumentará as manutenções e novos gastos terão que ser arcados para manter toda a estrutura. (PIRES, 2007).

2.3.2 Móveis, Eletrodomésticos e Eletroeletrônicos

Assim como a sonhada casa própria, tudo que corresponde a essa etapa também é desejado, porém cuidados devem ser tomados. A tecnologia está sempre avançando, o que hoje atende nossas necessidades, amanhã pode não atender mais, o que pode gerar novos gastos em compras de novos bens para vir a atender as atuais necessidades. Como analisado anteriormente, onde a casa precisa de manutenções periódicas para manter sua estrutura funcional, os móveis e eletros também vão precisar de reparos ou até mesmo a sua substituição quando isso for o melhor custo-benefício. (PIRES, 2007).

2.3.3 Automóvel

Outro item sonhado e desejado pela maioria é a aquisição de um automóvel, e dessa maneira a sua independência de locomoção. Comparado com o uso de transportes coletivos ou outros meios de locomoção alternativos, o carro tem seu

custo elevado, devido aos impostos a pagar, às manutenções que serão necessárias, trocas de peças, gastos com combustível e outros. Porém a independência e o conforto que gera ao usuário faz com que esses custos se tornem compensáveis. Um ponto interessante para maior economia é manter a manutenção sempre em dia e trocar o veículo de tempos em tempos para não perder com a desvalorização e ter gastos maiores com trocas de peças que vão desgastando com o tempo. (PIRES, 2007).

2.4 INVESTIMENTOS

Nesse tópico será analisado alguns dos possíveis investimentos disponíveis no mercado, desde alguns bem conservadores, onde o investidor não corre riscos ou quase nenhum risco em investir até investimentos mais arrojados, conseqüentemente de maiores riscos. Verifica-se, também, que o mercado financeiro abre a possibilidade para as pessoas jurídicas de diferentes ramos de atuação, formas de captar recursos para o crescimento de sua organização, possibilidade essa que se torna vantajoso para quem faz a captação como para quem investe. (CERBASI, 2013).

Antes de começar a se aprofundar nos diferentes tipos de investimentos possíveis no mercado, é necessário entender como funciona a taxa Selic e o CDI, responsáveis por ajudar a mensurar o valor do retorno dos investimentos, a taxa de juros que será o retorno desses investimentos e o Fundo Garantidor de Crédito (FGC).

O Certificado de Depósito Interfinanceiro (CDI) é um documento virtual que mede o custo que os bancos têm entre si para captar recursos financeiros e tem suas alterações medidas diariamente. (Luquet, 2007). Calado (2011) acrescenta que ao final do dia há uma transferência de recursos entre bancos conforme a necessidade de cada instituição. Bancos com sobra de recursos devido a efetuarem pouco empréstimos aos seus clientes emprestam aos bancos que tiveram uma alta taxa de empréstimos realizados, dessa maneira o valor do CDI surge sobre essa transação e ele oscila em torno da taxa Selic.

A taxa Selic é medida a cada 45 dias pelo Comitê de Política Monetária do Banco Central (Copom), o mesmo analisa se a taxa está adequada para a inflação do período podendo diminuir ou aumentar. A oscilação dessa taxa afeta diretamente a economia do país e os investimentos, devido o retorno do valor aplicado estar atrelado a Selic, podendo ser favorável ou não. Quanto maior for a taxa Selic, maior será o CDI

e por consequência maior será a taxa de empréstimos e financiamentos em bancos e o retorno dos investimentos financeiros. Títulos do governo como será analisado mais à frente tem sua remuneração ligada diretamente a taxa Selic. A queda da taxa Selic causa o efeito contrário nas taxas de investimentos e nas taxas de empréstimos e financiamentos, dessa maneira se tornando pouco atrativo aos investidores. (CALADO, 2011).

A taxa de juros se divide em taxa prefixada e taxa pós-fixada, cada uma tendo suas vantagens e desvantagens, conforme o perfil de cada investidor. Na taxa prefixada o investidor já conhece no momento da contratação quanto será sua remuneração ao final do período investido. Apesar de ser uma taxa já conhecida e dessa forma aparenta ser mais seguro investir com ela, pode enganar-se quem pensa assim, pois a taxa Selic, pode vir a ter um aumento durante o ano e a taxa prefixada mantém a realidade do momento da aquisição do investimento, podendo no final do período contratado ter uma diferença significativa. (CERBASI, 2013).

Ao comprar um título, seja ele de bancos, empresas ou do governo, a pessoa saberá o prazo para resgate e o valor dos juros que irá render essa transação. Como mencionado, ela acaba sendo mais atraente por fornecer valores futuros, pessoas com aversão ao risco podem se sentir mais confortáveis em fazer tais operações. Analisando em uma economia estagnada ou com propensão da taxa de juros vir a cair ao longo do ano, será um bom investimento aplicar com essa taxa, mas caso a economia esteja com taxas de juros subindo ou com propensão de subir ao longo do período, investir com taxa prefixada pode ter um retorno financeiro abaixo do ideal. (CERBASI, 2013).

Em contraste, a taxa pós-fixada terá um indicador de onde sairá o valor da taxa de juros, porém sem números concretos. Como exemplo, um investimento pode ter um retorno de 90% do CDI, 95% do CDI ou outro indicador, mas somente após findar o prazo de permanência do título, que a pessoa de fato saberá quanto irá receber. Investimentos com essa taxa são indicados para economia onde a taxa de juros tem propensão de crescer ao longo do período, fazendo com que o retorno seja vantajoso e acima da inflação. (CERBASI, 2013).

Por fim, o FGC é uma associação civil de direito privado com objetivo de oferecer maior garantia aos investidores caso a instituição administradora dos recursos venha a falir. O fundo tem como limite o montante de R\$ 250 mil por CPF no mesmo conglomerado financeiro. Pessoas casadas com CPFs diferentes, ambas têm

o direito da cobertura, excluído o casal que compartilha do mesmo número de CPF. O ideal são investimentos em instituições diferentes que não participem do mesmo grupo financeiro para não exceder o valor dos investimentos. (NETO, 2010).

O FGC cobre apenas investimentos feitos na poupança, letras de câmbio, letras imobiliárias e letras hipotecárias. Aplicações em fundos de investimentos e recursos captados no exterior não tem a cobertura do FGC. Outra característica do Fundo Garantidor de Crédito é que todas as instituições participantes contribuem com uma taxa de 0,125% sobre o montante do saldo dos investimentos. (NETO, 2010).

Após algumas análises sobre as características fundamentais para começar a investir, será abordado alguns dos investimentos de maior procura:

2.4.1 Caderneta de Poupança

Segundo Cerbasi (2013), a caderneta de poupança é um dos investimentos mais seguros, acaba sendo atrativa por isso, também por sua simplicidade na operação e por ser controlado pelo Banco Central do Brasil. Todos os bancos seguem a regra do Banco Central e a rentabilidade é a mesma, a única diferença é em caso de os bancos virem a quebrar e não honrarem suas dívidas. Com exceção da Caixa Econômica Federal, as demais instituições têm a garantia do FGC, em compensação, quem tiver seu dinheiro aplicado na poupança da Caixa, a União cobre o valor total por CPF.

Esse investimento acaba sendo atrativo para pessoas com aversão ao risco de uma possível perda de dinheiro. Também é sugerido para curto prazo ou para usuários com poucos recursos, pois a rentabilidade dele ao longo do ano é baixa, apesar de não incidir imposto de renda sobre os rendimentos. (CERBASI, 2013).

Conforme Luquet (2007, p.20),

Considere a caderneta de poupança apenas para pequenas quantias que correspondem a uma reserva financeira, pois o rendimento é baixo. Há opções tão seguras quanto e mais rentáveis do que a caderneta de poupança à sua disposição no mercado financeiro.

Outras duas características mencionadas por Neto (2010) são sobre o resgate e a aplicação do capital. O resgate do valor investido pode ser feito a qualquer momento com liquidez imediata, se for feito antes da data de aniversário, o mesmo perderá a rentabilidade do mês, mas se for resgatado após o aniversário isso não

acontece. Sobre o recurso captado pelas poupanças, é destinado a maior parte para o financiamento imobiliário.

Uma última característica a ser abordada sobre a caderneta de poupança é seu rendimento mensal. A caderneta se divide em depósitos feitos a partir de 04/05/2012 e depósitos feitos até essa data. Para depósitos feitos até 03/05/2012 a poupança rende 6% a.a. ou 0,5% a.m. mais a Taxa de Referência (TR), e para os depósitos efetuados após essa data os rendimentos se baseiam na Taxa Selic, quando a mesma for superior a 8,5% a.a. a poupança rende mensalmente 0,5% mais a TR e quando for igual ou inferior a 8,5% a.a. rende 70% da taxa Selic mais a TR. (SANTOS, 2014).

2.4.1.1 Taxa de Referência

A taxa de referência (TR) foi criada em 1991 com o objetivo de substituir as taxas de indexação que tinha na época por apenas uma e que a mesma tivesse o papel de taxa básica da economia e que a emissão de títulos públicos e privados fossem atreladas a ela. A TR é definida mensalmente pelo governo e seu valor é o resultado da média da remuneração dos CDBs e RDBs das 30 maiores instituições bancárias no período, deduzindo a taxa de tributação incidente nessas aplicações e a taxa real de juros da economia. (NETO, 2010).

Outra característica importante sobre a taxa de referência é que o CDI tem influência no seu resultado, devido ele estar envolvido diretamente com o resultado das aplicações CDB e RDB. Por fim, a TR indica uma taxa futura que é esperada de inflação nos próximos 30 dias e auxilia na melhoria da estimativa com as taxas da economia para o próximo período. (NETO, 2010).

2.4.2 CDB

Segundo Cerbasi (2013), Certificado de Depósito Bancário (CDB) são títulos emitidos por bancos com taxas prefixadas ou pós-fixadas, ou seja, um empréstimo que o banco pega com seus clientes para suas demandas financeiras. Quanto maior for a credibilidade dessa instituição, maior será o número de investidores e em consequência menor será a taxa de retorno do CDB. Bancos menos conhecidos acabam tendo sua credibilidade afetada e para a captação de recursos com seus clientes oferecem taxas maiores, o que pode ser tentador por ter um retorno maior e

ao mesmo tempo arriscado, pois esse banco pode vir a não pagar sua dívida com o investidor. Conforme Luquet (2007, p. 66) “Um banco que esteja pagando taxas muito altas talvez esteja com problemas de captação no mercado, o que pode ser um indicador de problemas com sua saúde financeira”.

Diferentemente da poupança, onde o dinheiro fica rendendo enquanto estiver aplicado, o CDB tem prazo de encerramento, ao findar esse prazo, o investimento inicial retorna com seu respectivo lucro a conta do investidor e um novo investimento com novos prazos de encerramento e novas taxas de retorno deverão ser feitas. (CERBASI, 2013). Outra característica que difere o CDB da poupança é que o primeiro no momento do resgate da aplicação pagará imposto de renda na fonte (IRRF), valor esse que é calculado através de uma tabela regressiva e a poupança como já visto não incide IRRF. (NETO, 2010).

2.4.3 Títulos Públicos

Cerbasi (2013) menciona que, assim como o CDB, os títulos públicos são uma forma de investimento onde o investidor empresta dinheiro com juros prefixados ou pós-fixados, com a diferença que antes o tomador do empréstimo era os bancos, agora será o governo. A compra desses títulos pode ser feita com valores iniciais de compra de R\$200,00 por qualquer investidor, seja ele, novo ou experiente. Para isso existe os intermediários, agências ou bancos que fazem a compra e mantêm aos seus cuidados os investimentos da pessoa. Conforme Luquet (2007, p. 64) “Dê preferência aos papéis com vencimento acima de dois anos, para ter direito a uma alíquota menor de IR”.

A compra de títulos públicos é indicada para longo prazo, devido seus juros e taxas serem mais atrativos com o tempo. Investir na Letra do Tesouro Nacional (LTN) ou Nota do Tesouro Nacional – Série F (NTN-F) pode ser bem seguro devido a taxa de retorno ser informada na hora da compra (taxa prefixada) e assim atrair pessoas com perfil conservador, porém esse investimento pode se tornar uma péssima escolha caso os juros durante o período venha a aumentar, fazendo com que se perca dinheiro, devido ao investidor estar preso aos juros do momento da compra. Um diferencial entre esses dois investimentos, é o segundo ter um pagamento de juros semestral. (CERBASI, 2013).

O autor acrescenta que a taxa de juros pode vir a subir ao longo do período investido, dessa forma, outros investimentos são mais apropriados, como a Nota do Tesouro Nacional – Série B (NTN-B), título com pagamento de juros que seguem o IPCA acrescido de juros pré-definidos no momento da compra e semestralmente é feito o pagamento dos juros. Por seguir o IPCA, se ao longo dos anos o índice vir a aumentar, o retorno final aumentará proporcionalmente. Outro título idêntico a esse, porém sem o pagamento de juros semestral, é a Nota do Tesouro Nacional – Série B Principal (NTN-B Principal). Além dessa diferença, outro diferencial muito importante é o juros sobre juros que esse último pode proporcionar ao investidor.

Outros títulos que também podem ser analisados pelo investidor são a Nota de Tesouro Nacional – Série C (NTN-C) e Letra Financeira do Tesouro (LFT), onde no primeiro caso os juros ocorrem conforme o índice IGP-M, que por ser vinculado com a taxa cambial, sua oscilação se torna bem maior, podendo gerar ótimos ou péssimos resultados. Em contrapartida a LFT são para pessoas mais conservadoras, pois os juros são medidos conforme a taxa Selic, taxa essa que mede a economia do país, ou seja, o investidor terá seu retorno sempre conforme a inflação. (CERBASI, 2013).

2.4.4 Debêntures

Como mencionado anteriormente, as pessoas jurídicas de diferentes segmentos no mercado, tem seus próprios meios de captação de recursos para suas operações financeiras. Segundo Cerbasi (2013) as debêntures são títulos de longo prazo emitidos pelas empresas, prazo esse que varia entre dois e três anos, com retorno para o investidor que pode ser prefixado ou pós-fixado acima da taxa CDI. A compra de uma debênture não gera automaticamente ao comprador direito ao lucro que a organização venha a ter durante o período de posse desse título, mas conforme Neto (2010, p.73), “a debênture pode prever ao investidor participação nos lucros da Sociedade emissora, determinada por meio de um percentual fixado incidente sobre seus resultados”.

Outra característica que algumas empresas usam para se tornar mais competitivas no mercado na hora de vender seus títulos é o de transformar as debêntures ao final do prazo determinado em ações da própria empresa ou do mesmo conglomerado (debênture permutável). (NETO, 2010).

Conforme Luquet (2007, p. 69) “As debêntures conversíveis em ações podem, no seu vencimento, ser resgatadas em dinheiro ou convertidas em ações, à escolha do debenturista”. Brito (2016, p. 172) também menciona sobre isso: “Debêntures conversíveis em ações, o credor pode optar pela conversão da dívida em equity (ações da própria empresa).” Vale ressaltar que a empresa ao lançar títulos com a opção de ser resgatado em ações, os mesmos precisam ser ofertados primeiramente aos acionistas já existentes da organização.

Independente se a debênture ao final do prazo vai se transformar em ações da companhia ou de outra companhia do mesmo conglomerado, ambas têm suas regras de conversibilidade já previstas no contrato. (NETO, 2010).

Para as empresas, essa é uma ótima fonte de captação de recursos, pois não precisam pagar juros elevados em empréstimos bancários, pois os juros pagos aos investidores são menores. Para quem compra esses títulos, também há vantagens, pois, o retorno acaba sendo maior que outros investimentos mais conservadores. Assim como nas transações de títulos bancários e públicos, quanto maior a credibilidade que a empresa tiver, maior será o número de pessoas dispostas a investir. (CERBASI, 2013).

Diferente de alguns investimentos que tem a cobertura do FGC, a compra de debêntures não tem essa garantia, porém ela possui regras internas de garantia aos investidores que precisam ser analisadas no contrato antes da compra. As garantias mais comuns ofertadas são: Garantia Real, Garantia Flutuante, Garantia Quirografária e Garantia Subordinada. (NETO, 2010).

A Garantia Real fornece aos investidores uma segurança mais sólida que terão retorno no seu investimento, pois o montante de até 80% dos ativos da empresa não pode ser vendido ficando de garantia para o pagamento da dívida, caso a mesma venha a falir. A demais garantias não privam a empresa de comercializar seus ativos caso seja necessário, mas concedem uma segurança aos debenturistas, com exceção da Garantia Quirografária que deixa o investidor em mesma condição com os demais credores da empresa na hora da liquidação, as Garantias Flutuante e Subordinada concedem direitos aos debenturistas, onde a primeira prioriza os ativos da sociedade para quitar a dívida e a segunda prioriza o reembolso do capital para o investidor em relação com os acionistas da companhia. (NETO, 2010).

2.4.5 Ações

As ações são títulos de renda variável, ou seja, seu rendimento não é algo definido facilmente como os outros investimentos analisados até aqui, que são de renda fixa. O rendimento delas está atrelado ao valor de sua compra, aos benefícios que a mesma pode gerar e ao preço de venda, quanto maiores os benefícios proporcionados por elas enquanto o investidor estiver com sua posse e maior for o valor da venda, melhor será o resultado obtido. Caso a venda delas seja abaixo do valor de compra, o investidor passa a ter um prejuízo sobre essa transação. (CERBASI, 2013).

Conforme Brito (2016), as ações são títulos emitidos por empresas de sociedade anônima com a finalidade de obter recursos financeiros, cada ação representa uma fração dessa organização e concede ao proprietário se tornar um sócio da empresa.

Neto (2013) acrescenta que as ações podem ser emitidas com e sem valor nominal, quando são emitidas com valor nominal todas as ações emitidas possuem o mesmo valor, não podendo uma ter valor diferente de outra. Quando as ações são emitidas sem valor nominal, não há a necessidade de respeitar isso, as ações podem ter valores diferentes entre si, o que deve se respeitar é que o valor é definido pelos sócios fundadores e que o aumento de capital é definido pela assembleia geral de acionistas.

As ações se dividem em duas categorias: ações ordinárias (ON) e ações preferenciais (PN), cada uma delas com suas vantagens ao sócio. Ações ordinárias, além de conceder direito aos resultados, concede o direito a voto nas assembleias, quanto maior o número de ações o investidor possuir, maior será sua influência nessas decisões. Em contrapartida, as ações preferenciais não concedem o direito a voto, mas na hora da divisão do lucro, acionistas preferenciais, como o próprio nome diz, tem preferência em receber primeiro os dividendos. (BRITO, 2016). Reforçando o entendimento de Brito, Luquet (2007, p.89) menciona: “as ações ON dão direito a voto nas assembleias de acionistas da empresa. As PN não dão esse direito, mas tem preferência no recebimento de dividendos”.

Neto (2013) menciona três principais vantagens em investir em ações, são elas: os dividendos, a bonificação e a valorização. Os dividendos que são distribuídos aos acionistas são uma parte do lucro que a empresa tem ao longo do exercício, valor

esse que pode ser o mínimo exigido pela lei ou um valor decidido pelo estatuto da empresa, valor esse não podendo ser inferior ao mínimo exigido pela lei. Outra forma de dividendo distribuída é o juro sobre o capital próprio, sendo ela uma forma adicional de pagamento, porém não é obrigatória.

A segunda vantagem abordada é a bonificação, ela ocorre quando a empresa aumenta seu capital por meio de reservas e novas ações são emitidas e distribuídas gratuitamente aos acionistas de forma proporcional a participação de cada membro. A terceira é a valorização, como já mencionado anteriormente, é quando o valor das ações cresce no mercado devido a um ou mais fatores, gerando um bom ganho de capital no momento de sua venda. (NETO, 2013).

O mercado de ações tem altos e baixos, o investidor precisa saber a hora certa de agir, ações por mais que estejam subindo, chega em um limite que para e tem uma caída nos preços, assim como tem empresas com bom nome no mercado, que o preço de suas ações começa a cair no mercado, vai chegar um ponto que vai voltar a se equilibrar e voltar a subir. É nesses máximos e mínimos que a pessoa precisa estar atenta e tentar sempre fazer o melhor negócio. Uma boa carteira diversificada é recomendada para oscilações como essas não afetarem a vida financeira do investidor. (CERBASI, 2013).

Brito (2016) mostra que as ações podem aumentar ou diminuir de valor por alguns motivos, que são: lei da oferta e da procura, perspectiva de aumento ou queda do lucro da empresa e a própria economia, seja interna ou externa. Referente a lei da oferta e da procura, quanto maior a procura por uma ação, maior será o seu valor e quanto menor a procura, automaticamente menor o seu valor. Os outros dois pontos abordados por Brito se relacionam diretamente com a lei da procura, sendo eles os que ajudam a definir se uma ação terá ou não maior procura.

Investidores ao procurar ações confiáveis para comprar terão maior interesse em empresas que apresentem um aumento nos seus lucros, empresas que tem seu lucro reduzido podem não ser tão atrativas para a compra de ações naquele momento. Por fim, uma recessão na economia pode ditar uma queda no valor das ações, seja em âmbito nacional ou internacional. Em casos assim empresas com boa reputação no mercado podem ser impactadas com a queda no valor das ações e essa pode ser a hora certa de agir e fazer um bom negócio. (BRITO, 2016).

2.4.6 Fundos de Investimentos

Conforme Luquet (2007), os fundos de investimentos são grupos compostos por investidores e administrado por empresas que podem ser independentes ou empresas ligadas a financeiras, com o objetivo de formar uma carteira de investimentos diversificada. Individualmente, um investidor com poucos recursos não poderia ter uma carteira tão diversificada, porém, em fundos junto com outros investidores isso é possível, devido ter uma grande quantia de capital investido. Sobre fundos de investimentos, Luquet (2007, p.102) acrescenta: “São “condomínios” que reúnem vários investidores que juntam seus recursos para aplicar em diversos ativos, como ações, CDBs etc”.

O autor acrescenta que investidores com grandes recursos financeiros também procuram fundos de investimentos com a finalidade de usufruir do talento dos gestores e também, em alguns casos pelo fato de não possuírem muito tempo para analisar vários investimentos diferentes para compor sua carteira. Outra característica atraente para os investidores é mencionada por Luquet (2007, p.102), onde diz: “Os fundos também permitem acesso a aplicações e taxas atraentes que estão disponíveis apenas a grandes investidores”. Seguindo esse raciocínio, Neto (2010, p. 283) complementa: “Ao operarem com alto volume de recursos provenientes de diversos investidores, os Fundos podem ainda obter, em conjunto, condições mais favoráveis de negociação do que se cada cotista fosse atuar isoladamente no mercado”.

Os fundos de investimentos, conforme descreve Luquet (2007) se dividem em dois grandes grupos: Fundos de Renda Fixa e Fundos de Renda Variável, onde destes surgem ramificações para outros grupos. Neto (2010) divide o grupo de renda fixa em referenciados, não referenciados e genéricos. A diferença entre o Fundo de investimento de renda fixa referenciado e o de renda fixa não referenciado, está que o primeiro irá alcançar o desempenho de um indicador, como exemplo a Ibovespa e o segundo não precisa de um indicador específico e tem seus investimentos tanto em papéis com taxas prefixadas e pós-fixadas. O fundo de renda fixa genérico é destinado para investidores com menor aversão ao risco, pois o mesmo mescla investimentos em papéis de renda fixa e aplicações em mercados futuros, de opções e swaps.

Fundo de investimento de renda variável se divide nas seguintes categorias: passivo, ativo e setorial. Assim como no grupo anterior, é possível associar algumas características, o fundo de renda variável passivo similarmente a renda fixa

referenciada, tem como característica alcançar o desempenho de um indicador já definido, neste caso, um exemplo é a bolsa. O fundo de renda variável ativo visa um retorno maior, dessa maneira adota estratégias mais agressivas para alcançar maior resultado. O fundo variável setorial tem como característica investir em setores específicos, como exemplo em bancos. (Neto, 2010). Este último grupo analisado, fundo de investimento de renda variável, pode trazer um maior retorno quando comparado ao fundo de investimento de renda fixa, mas em contrapartida traz um maior risco aos investidores. (LUQUET, 2007).

O autor acrescenta alguns pontos que o investidor deve observar antes de ingressar em um fundo de investimento, tais como: o risco que está disposto a correr, fugir de regulamentos que acabam sendo genéricos, fazer uma análise de como esse grupo se comportou em outros momentos, principalmente em crises, qual a taxa de administração cobrada e se existem outras taxas a serem pagas. Ele acrescenta que embora a instituição possa estar indo mal, as aplicações feitas pode ser bem diversificada e estar gerando ótimos resultados, uma coisa não implica na outra. O que pode gerar uma queda no valor do fundo é uma má gestão, onde o gestor não escolhe bem as aplicações e assim acaba por diminuir o patrimônio total do grupo. (LUQUET, 2007).

Dentre os fundos de investimentos hoje existentes, será abordado os seguintes:

2.4.6.1 Previdência Privada – PGBL e VGBL

Previdência privada é um investimento de longo prazo com benefícios de aposentadoria, morte e invalidez, tem como objetivo manter o padrão de vida da pessoa após anos de investimento. Esta previdência pode ser uma sociedade fechada, onde é formada por empresas e os benefícios são custeados tanto pela empresa como pelo colaborador, como também pode ser uma sociedade privada aberta, onde qualquer pessoa interessada pode aderir. Por se tratar de uma previdência de longo prazo, se assemelha a previdência social, onde o poupador investe mensalmente um valor com intuito de usufruir uma aposentadoria sossegada. No momento do resgate, dependendo do plano aderido, pode ser pago de três formas: maneira vitalícia (até a pessoa vir a falecer), pode ser paga por um certo período de tempo ou todo o valor de uma só vez. (NETO, 2010).

Os planos que podem surgir são: Plano Gerador de Benefícios Livres (PGBL), Fundo de Aposentadoria Programada Individual (FAPI) e Plano de Vida Gerador de Benefícios Livres (VGBL). O PGBL é um plano de previdência aberta, tendo como principal característica o direito de abater até 12% do IR de sua renda tributável no ano. Esse plano é indicado para investidores que pagam imposto de renda e para aplicações de longo prazo, acima dos 10 anos, visto que em períodos menores pode acarretar prejuízos. (LUQUET, 2007).

Esse plano investe em títulos de renda fixa, ações, fundos de investimento e outros, podendo ser mais agressivos ou mais conservadores. Além do abatimento de 12% do IR, este plano só tem imposto de renda no momento do resgate, fazendo com que o rendimento seja reinvestido integralmente diversas vezes. Outra característica é que o investidor pode mudar de plano PGBL quantas vezes achar necessário, respeitando o tempo mínimo de carência de 60 dias, dessa forma pode investir tanto em aplicações mais arrojadas como em investimentos mais conservadores. (NETO, 2010).

Esse plano oferece dois tipos diferentes de resgate e duas taxas. Primeiramente será abordado sobre os resgates, o primeiro se chama Renda Vitalícia, onde o beneficiário irá receber uma renda durante toda sua vida a partir de uma idade estabelecida no contrato, dependendo do contrato pode ter a possibilidade de o benefício ser transferido a outra pessoa em caso de morte do primeiro beneficiário. O segundo é a Renda Temporária, como o nome diz esse benefício será pago durante um período de anos estabelecido no contrato, não podendo ser transferido a outra pessoa. As taxas cobradas são taxa de carregamento e taxa de administração, onde a primeira taxa é para cobrir todas as despesas de comercialização e prestação de serviços e a segunda é a remuneração da gestão dos recursos. (NETO, 2010).

O segundo plano mencionado pelo autor é o FAPI ou Fundo de Aposentadoria Programada Individual, onde ele se assemelha com o PGBL, tendo como diferença o momento do resgate, visto que o investidor irá receber tudo de uma vez só. Outra diferença desse plano é o imposto de renda sobre os ganhos de capital toda vez que o mesmo ocorrer, não sendo apenas no final no momento do resgate como no caso anterior. (NETO, 2010).

Por fim, o terceiro mencionado é o Plano de Vida Gerador de Benefícios Livres (VGBL), também muito semelhante ao PGBL, mas esse é indicado para pessoas que não pagam imposto de renda devido não ter a vantagem de deduzir nenhum valor do

IR, porém a tributação nesse plano incidirá somente no ganho de capital, diferente do primeiro onde a tributação é sobre o valor do resgate. (LUQUET, 2007).

Outro destaque desse plano é que o mesmo pode ser aderido em conjunto com o PGBL, caso o poupador queira ter um investimento maior em planos de previdência e já tenha chegado ao limite de 12% de sua renda bruta investido no PGBL, a diferença do valor a investir deve ser alocada ao VGBL. Dessa maneira o investidor não precisará pagar tributação em dobro, visto que ao chegar no limite de 12%, todo valor excedente não pode ser deduzido do IR e como visto anteriormente a tributação é sobre o montante resgatado. (CALADO, 2011).

Por fim, uma última característica dos planos de previdência é a incidência do IR na hora do resgate. No momento da contratação do plano o investidor precisa escolher se vai seguir a tabela progressiva ou regressiva. A tabela progressiva é a já conhecida tabela do IR, onde conforme aumenta os rendimentos, aumenta a alíquota. (CALADO, 2011).

Todos os planos regidos pela tabela progressiva terão um desconto padrão de 15% na hora do resgate e a diferença ficará para o ajuste da declaração anual do imposto de renda. Caso o beneficiário tenha optado por receber mensalmente sua previdência PGBL e esse valor fique isento de tributação e não tenha nenhum outro valor que faça sair da isenção, ele não precisa pagar IR. (CALADO, 2011).

Conforme o autor, ao escolher a tabela regressiva, o poupador precisa entender que seus rendimentos precisam ficar aplicados a longo prazo para não amargar prejuízos, devido as alíquotas diminuir ao passo que os anos forem passando. O quadro a seguir mostra as alíquotas vigentes e seus respectivos períodos de aplicação.

Quadro 2: Tabela Regressiva de IR

| PRAZO DE ACUMULAÇÃO | ALÍQUOTA (%) |
|-----------------------------|--------------|
| Até 2 anos | 35% |
| Acima de 2 anos até 4 anos | 30% |
| Acima de 4 anos até 6 anos | 25% |
| Acima de 6 anos até 8 anos | 20% |
| Acima de 8 anos até 10 anos | 15% |
| Acima de 10 anos | 10% |

Fonte: Calado (2011).

Conforme a tabela quanto maior o tempo que o dinheiro ficar aplicado menor será a incidência de imposto de renda. Em aplicações acima de 10 anos, o beneficiário irá pagar a alíquota incidente conforme o período, valores esses entre 15% e 35%. Após esse período, os demais valores que compõem o saldo da previdência serão tributados pela alíquota de 10% de IR. (CALADO, 2011).

2.4.6.2 Fundos Derivativos

Como o próprio nome já diz, essa aplicação se enquadra dentro do fundo de renda variável, na classificação derivativos, onde ele lida com mercados futuros e de opções. Ele é um dos mais arrojados devido a carteira de investimentos não ser composta apenas por recursos dos próprios investidores, tendo também recursos de terceiros, que nesse caso é chamado de alavancagem. Por envolver empréstimos para essa alavancagem, é um investimento de alto risco podendo gerar ótimos ganhos ou até uma dívida para os participantes do grupo (LUQUET, 2007).

2.4.6.3 Fundos Cambiais

Como o fundo derivativo este também se enquadra dentro do fundo de renda variável. Conforme Luquet (2007), o fundo cambial apresenta como maior risco a variação da moeda estrangeira na hora do resgate em moeda nacional. Para o próprio resgate da moeda estrangeira, esse investimento é recomendado para quem tem dívida no exterior, pretende viajar ou morar fora do país, devido na hora da compra aquela quantia adquirida de moeda estrangeira ser a mesma até o fim. Luquet (2007, p.119) acrescenta: “A aplicação dolarizada é a garantia que suas economias não serão corroídas se houver uma alta no dólar até a data do seu embarque”.

Esse fundo é recomendado a investidores experientes devido seu alto risco. Tem como características não permitir alavancagens e ter como valor mínimo de investimento em moeda estrangeira, o total de 80% de todo o capital. Por se tratar de moeda estrangeira, os investimentos podem ser feitos em dólar ou euro. Ambos os investimentos são semelhantes, tendo do capital total uma quantia mínima de 80% investidos na moeda americana ou europeia e o restante do saldo sendo aplicado em títulos e operações de renda fixa que podem ser pré ou pós-fixados a CDI/Selic. (CALADO, 2011).

2.4.6.4 Fundo de Investimento Imobiliário

Conforme Luquet (2007), as aplicações são feitas em imóveis, porém diferente dos anteriores que ao resgatar o valor investido é preciso apenas entrar em contato com o banco ou financeira, esse para ser resgatado precisa ter um novo investidor para assumir o seu lugar. Neto (2010) acrescenta que este fundo é constituído em forma de condomínio fechado, ou seja, os investidores não podem resgatar suas aplicações, mas é permitido a negociação delas no mercado secundário.

Outra característica desse fundo, é que o valor do patrimônio é aplicado integralmente em um único bem imóvel, fazendo que o investidor precise de outras aplicações para diversificar sua carteira. Esse fundo de investimento não aplica seus recursos apenas na construção de imóveis residenciais, mas também nas construções de hotéis, edifícios comerciais e outros empreendimentos de base imobiliária. (CALADO, 2011).

Conforme o autor, com um baixo valor aplicado, o investidor tem a possibilidade de participar em um imóvel que sozinho não teria condições de comprar, também ter uma renda mensal sem ter que participar da administração do bem ou correr o risco de inadimplência ou o imóvel ficar parado enquanto está aguardando ser vendido. Todas essas vantagens têm um custo operacional ao investidor, que geralmente é isentar os rendimentos mensais e tributar o ganho de capital da valorização da cota em 20%.

Assim como os outros investimentos que ao longo do tempo oscilam podendo gerar lucro ou prejuízo, com este não é diferente. Alguns fatores que podem ocasionar risco ao investimento são a liquidez reduzida, devido este tipo de investimento não ser muito popular no país, podendo gerar uma baixa procura por novos investidores; há também a taxa de ocupação imobiliária, onde a queda da taxa de crescimento econômico pode resultar na diminuição das receitas de aluguéis e a desvalorização dos preços. (NETO, 2010).

2.5 ESTUDOS RELACIONADOS

Esse tema tem sido objeto de estudos como os descritos no Quadro 3.

Quadro 3: Estudos Relacionados

| Ano | Autor | Objetivos | Principais Resultados |
|------|---------|---|--|
| 2017 | Titoni | Identificar e analisar como é feito o planejamento e controle dos recursos financeiros pessoais dos estudantes de graduação do curso de Ciências Contábeis da Unisinos. | Identificou-se que o perfil financeiro dos estudantes pode ser considerado equilibrado, pois maior parte da amostra pesquisada realiza o planejamento financeiro pessoal e controla seus gastos mensais. São trazidas algumas sugestões de modelos de planejamento financeiro pessoal, pois as demonstrações contábeis podem auxiliar no controle e planejamento financeiro. |
| 2016 | Weber | Analisar até que ponto a educação financeira está presente na vida dos jovens nas escolas. | Identificou-se que as escolas têm o assunto inserido na grade curricular, contudo a rede particular o expressa de forma precisa, enquanto a pública tem abordagem vaga. Outra constatação relevante apurou que os alunos de modo geral têm carência de conhecimentos e de preparação acerca do que se entende por investimentos e finanças pessoais. |
| 2016 | Andrade | Identificar quais os fatores que influenciam no endividamento dos campinenses. | Identificou-se que fatores como a renda, planejamento financeiro e os meios de acesso ao crédito geram influência direta no endividamento. Os campinenses apresentaram baixo nível de materialismo e baixo grau de propensão ao endividamento, embora possuam algumas dívidas. |

Fonte: autores citados.

Conforme descrito no quadro, as finanças pessoais já vem sendo objeto de estudo com o propósito de identificar como é feito o planejamento e controle, o nível da educação financeira entre os jovens e fatores que influenciam no endividamento.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Nesse capítulo são descritos os procedimentos metodológicos a serem utilizados na realização da pesquisa, a população, a amostra e as limitações encontradas.

3.1 CLASSIFICAÇÃO DA PESQUISA

Conforme menciona Silva e Menezes (2001), uma pesquisa pode ser classificada em quatro quesitos: (1) quanto à natureza, (2) quanto à forma de abordagem do problema, (3) quanto aos objetivos e (4) quanto ao procedimento técnico.

3.1.1 Quanto à natureza

A pesquisa pode ser classificada quanto à natureza de maneira básica ou aplicada. Silva e Menezes (2001) mencionam que a pesquisa básica gera novos conhecimentos para o avanço da ciência e a pesquisa aplicada tem como objetivo obter conhecimentos que possam ser aplicados na prática quanto à solução de um problema.

Com base nesta descrição, este trabalho também se classifica quanto à natureza como uma pesquisa aplicada, visto que o mesmo, irá gerar conhecimento para as pessoas, tanto do grupo estudado como para as demais. Tendo como base uma problemática sobre investimentos.

3.1.2 Quanto à forma de abordagem do problema

A pesquisa pode ser classificada quanto a sua forma de abordagem do problema de maneira qualitativa e quantitativa. De maneira quantitativa, Silva e Menezes (2001) abordam que as informações obtidas devem ser expressas de forma numérica e para conseguir tais resultados é necessário usar de métodos estatísticos (percentual, média, mediana, dentre outros). Em contrapartida, o problema ao ser abordado de maneira qualitativa, não requer métodos e técnicas estatísticas. O pesquisador se torna o instrumento-chave e analisa os dados por indução. (SILVA E MENEZES, 2001).

Esta descrição, de pesquisa quantitativa, endossa a forma de abordagem do problema utilizada neste trabalho, pois serão feitas análises para mostrar quais investimentos tem maior e menor procura pelos grupos de indivíduos que serão estudados. Também visa mostrar em gráficos como os grupos estudados analisam seus investimentos e qual o grau de importância, os mesmos, consideram ser do conhecimento obtido no curso.

3.1.3 Quanto aos objetivos

Quanto ao objetivo, a pesquisa pode ser classificada de três maneiras: explicativa, descritiva ou exploratória. Pesquisa explicativa, Gil (2002, p.42) expressa que: “é o tipo de pesquisa que mais aprofunda o conhecimento da realidade, porque explica a razão, o porquê das coisas. Por isso mesmo, é o tipo mais complexo e delicado, já que o risco de cometer erros aumenta consideravelmente”.

Gil (2002, p. 42) salienta: “pesquisas descritivas têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população [...] entre as pesquisas, salientam-se aquelas que tem por objetivo estudar características de um grupo”.

A pesquisa exploratória busca familiarizar o problema construindo hipóteses. Gil (2002, p.41) nos diz: “na maioria dos casos, essas pesquisas envolvem: (a) levantamento bibliográfico; (b) entrevistas com pessoas que tiveram experiências práticas [...] e (c) análise de exemplos que estimulem a compreensão”.

O trabalho será de forma descritiva, visto que procurará ser descrito quais impactos os investimentos têm na vida dos seus investidores.

3.1.4 Quanto ao procedimento técnico

Por fim, quanto ao procedimento técnico, será utilizado levantamento ou pesquisa de campo (*survey*), Gil (2002, p.50) nos diz:

As pesquisas deste tipo caracterizam-se pela interrogação direta das pessoas cujo comportamento se deseja conhecer. Basicamente, procede-se à solicitação de informações a um grupo significativo de pessoas acerca do problema estudado para, em seguida, mediante análise quantitativa, obterem-se as conclusões correspondentes aos dados coletados.

Conforme mencionado pelo autor, este tipo de procedimento requer a interrogação ou entrevista de um grupo de pessoas. Neste trabalho foi feito um questionário para obter os dados relacionados com o tema. Devido as circunstâncias presentes no momento da pesquisa, os dados foram pesquisados de maneira remota, utilizando a internet para ter acesso ao grupo desejado ao estudo.

3.2 POPULAÇÃO E AMOSTRA

Se entende como população de uma pesquisa, o total de indivíduos que compartilham das mesmas características que foram definidas para cada caso estudado. (SILVA E MENEZES, 2001).

A população do estudo é composta por 196 estudantes do ensino superior do curso de Ciências Contábeis de uma universidade da região metropolitana de Porto Alegre. Esses estudantes estão espalhados desde o início até o final do curso, compreendendo todas as etapas de ensino que o curso tem a oferecer.

As amostras, conforme mencionam Silva e Menezes (2001) são uma parte da população, selecionadas conforme uma regra também definida pelo autor da pesquisa. Elas podem se dividir em probabilística e não probabilística, onde na primeira existe por meio de testes estatísticos e a segunda por acessibilidade.

Com base nesse conceito, a amostra será por meio não probabilístico acidental, onde todos os entrevistados foram encontrados por acaso, de maneira aleatória conforme acessibilidade seguindo os critérios pré-estabelecidos da pesquisa. A amostra é composta por 74 estudantes com idades entre 17 e 53 anos de ambos os gêneros e distribuídos pelos oito semestres que compõem a grade curricular do curso. Os respondentes foram divididos em dois grupos, no primeiro grupo estudantes matriculados nos primeiros quatro semestres e no segundo grupo estudantes matriculados nos últimos quatro semestres.

3.3 PLANO DE COLETA, TRATAMENTO E ANÁLISE DOS DADOS

Conforme Vergara (2016), essa etapa da pesquisa é importante mostrar como os dados foram coletados e analisados. Os dados foram obtidos por meio de questionário composto por 16 perguntas, sendo 6 dessas perguntas destinadas para

conhecer os entrevistados e dividir em grupos menores e as demais perguntas para entender melhor cada grupo formado.

Gil (2002) mostra que as perguntas podem ser abertas, fechadas e relacionadas entre si. O autor descreve como questões abertas aquelas em que o respondente pode expressar de maneira livre seu pensamento, as questões fechadas são aquelas em que o pesquisador fornece conforme sua necessidade as respostas, onde uma ou mais podem ser selecionadas. As questões relacionadas entre si, duas ou mais questões se ligam, sendo que a primeira resposta irá conduzir o rumo das próximas.

O questionário utilizado nessa pesquisa aborda questões fechadas e relacionadas entre si, dessa maneira facilitando a interpretação do entrevistador quanto ao pensamento dos entrevistados.

Gil (2002) ainda acrescenta as vantagens e desvantagens do questionário como meio de pesquisa. As vantagens são o baixo custo para se produzir a pesquisa e a facilidade para encontrar os membros que serão entrevistados. No caso dessa pesquisa, ao realizar o questionário de maneira remota utilizando a internet, ajudou no encontro do entrevistador e dos entrevistados, visto as circunstâncias de saúde pública que se encontrava naquele momento.

O autor também acrescenta as desvantagens do uso do questionário, onde pode ocorrer de alguns convites a responder não sejam aceitos, algumas questões podem ser interpretadas de outra maneira, também há uma limitação de perguntas para não se tornar cansativo e por consequência ocorrer a desistência em responder, dentre outros pontos. (GIL, 2002).

Essa pesquisa ao longo do processo também enfrentou algumas desvantagens, tais como a limitação de perguntas, não podendo expandir mais a pesquisa e o número de respostas ser menor ao número de convites. Ao todo foram convidados 152 estudantes a participar do estudo, mas como visto anteriormente, apenas 74 aceitaram ao convite e participaram da pesquisa.

Gil (2002) acrescenta que alguns passos deverão ser tomados para o tratamento e análise dos dados coletados, sendo que alguns destes serão seguidos neste trabalho. Os passos que serão seguidos neste trabalho, mencionados pelo autor são: estabelecimento de categorias, a tabulação e à análise dos dados obtidos. A análise dos dados ocorrerá de forma tradicional, identificando os tópicos principais,

elaborando um texto com o uso de instrumentos analíticos para a apresentação das informações.

3.4 LIMITAÇÕES DO MÉTODO

Conforme menciona Vergara (2016), todo método tem sua limitação, é natural, mas é importante ressaltar que apesar dessa limitação encontrada, o método continua sendo válido para a pesquisa.

A principal limitação encontrada será quanto ao resultado obtido pelos questionários, visto que a amostra será obtida por acessibilidade, seguindo os critérios já estabelecidos: estudantes ingressantes e estudantes próximo do término do curso de bacharel em contábeis e as pesquisas também foram todas obtidas de maneira eletrônica. Isso acaba por limitar o estudo, pois as respostas não poderão ser generalizadas para a população.

Essa condição limita o estudo, porém não o invalida, visto que os respondentes todos se enquadram nas condições do estudo e o número de participantes representa de maneira significativa a população.

4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Este capítulo reúne os dados obtidos através do questionário realizado com os estudantes do curso de Ciências Contábeis. Em primeiro momento será analisado o perfil dos estudantes para classificá-los em dois grupos. Após isso será analisado se os estudantes têm conhecimento prévio sobre investimentos e sua aplicabilidade na vida real. E por último, será observado em quais investimentos aplicam seus recursos, porque fazem isso e a contribuição do curso para essa tomada de decisão.

4.1 PERFIL DOS ESTUDANTES

Neste tópico será analisado as informações básicas para classificação dos grupos de estudo. O primeiro fator importante na classificação será o semestre que estão cursando, sendo dividido em dois grupos, o primeiro envolvendo os primeiros quatro semestres e o segundo grupo com os alunos que estão entre o quinto e oitavo semestre.

Outros pontos que ajudarão nesse estudo, abordado aqui nessa fase, será: gênero dos estudantes, a idade, o estado civil, ocupação profissional e a renda mensal.

4.1.1 Semestre que estão cursando

Essa categoria irá dividir a amostra em dois grupos para uma melhor análise comparativa entre eles. No curso de ciências contábeis, o ensino sobre investimentos é ofertado por volta do terceiro e quarto semestre, momento em que o mercado de investimentos começa a parecer mais atrativo e menos complicado.

Com esse raciocínio, nada mais oportuno do que dividir o grupo nessa fase, deixando de um lado alunos que tenham pouco ou nenhum conhecimento na área de investimentos e do outro, alunos com maior bagagem de conhecimento.

Com essa divisão feita, todo o restante da pesquisa será seguindo essa determinação inicial.

O gráfico 1 apresenta os estudantes entrevistados, segregando-os por grupo da amostra.

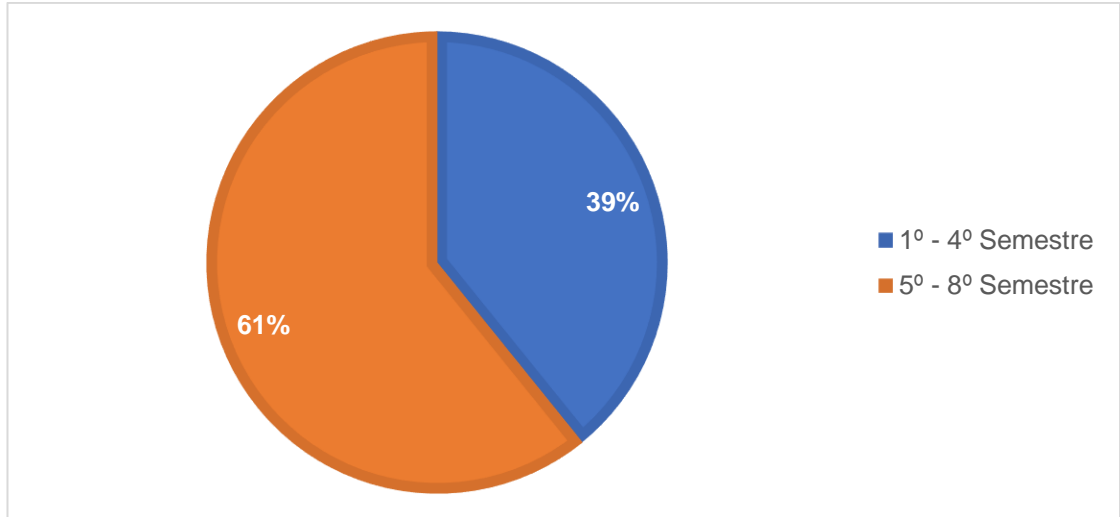


Gráfico 1: Semestre de estudo

Fonte: O Autor

No gráfico 1 é possível perceber que, a maioria dos estudantes entrevistados estão cursando os últimos quatro semestres do curso. Foram entrevistados 74 estudantes, sendo que destes 61% (45 estudantes) estão nessa etapa do ensino e os demais, 39% (29 estudantes) estão na fase inicial do curso.

Como já mencionado, este indicador irá dividir a amostra em dois grupos e todo o restante da pesquisa vai girar em torno deles fazendo comparações sobre os investimentos e investigando se há uma diferença significativa entre eles.

4.1.2 Gênero

O gênero dos alunos entrevistados é apresentado no gráfico 2, a seguir.

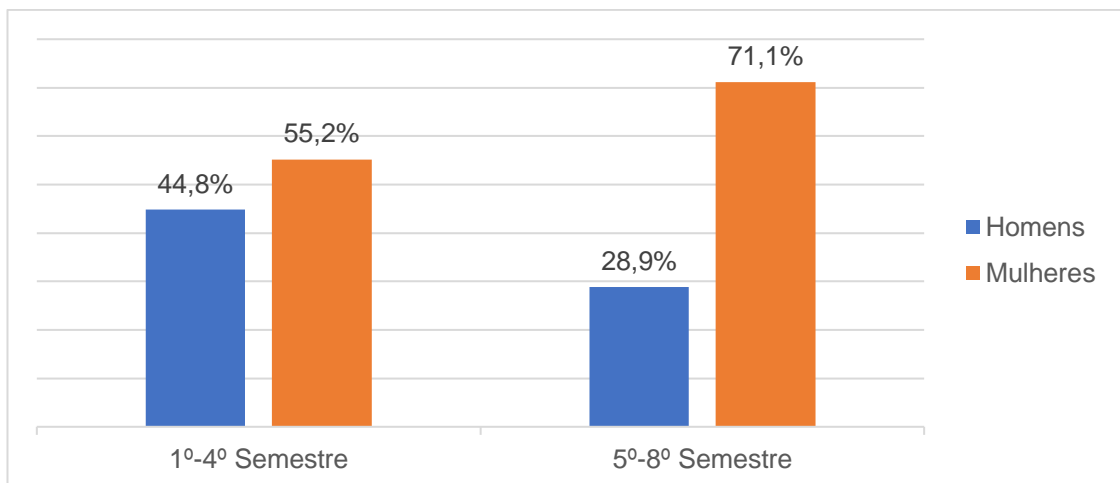


Gráfico 2: Gênero

Fonte: O Autor

O gráfico 2 mostra a relação entre homens e mulheres de cada grupo que será estudado. Entre os dois grupos a maioria dos respondentes são do gênero feminino, totalizando 48 dos 74 participantes totais, deixando uma média final de 64,9% contra 35,1% sendo do gênero masculino.

Alunos dos primeiros quatro semestres do curso que são do gênero feminino totalizam 16 (55,2%) e do gênero masculino totalizam 13 estudantes (44,8%). Referente aos alunos dos últimos quatro semestres, são ao todo 32 estudantes (71,1%) do sexo feminino e do sexo masculino são 13 estudantes (28,9%).

4.1.3 Idade

A idade dos alunos entrevistados é apresentada no gráfico 3, a seguir, conforme faixa de enquadramento de cada um.

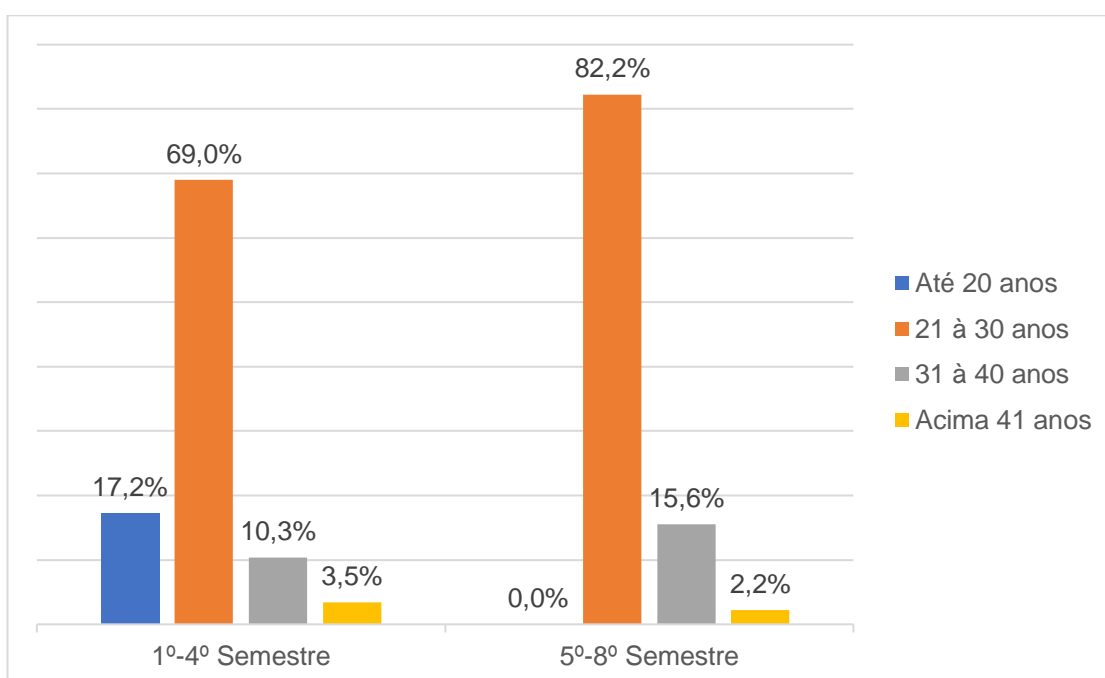


Gráfico 3: Idade

Fonte: O Autor

Ao questionar na pesquisa sobre a idade, foi disponibilizado que cada um pudesse colocar sua idade real, sem nenhuma margem de faixa etária, facilitando assim uma nova classificação de idade pelo entrevistador caso fosse necessário.

Os dados desse gráfico mostram que em ambos os grupos, 77% dos entrevistados (57 estudantes) se encontram na faixa etária dos 21 aos 30 anos, grupo

esse que conforme a autora Jay (2014) compreende a fase em que o jovem adulto decide qual caminho trilhar ao longo de sua carreira profissional.

Os dados obtidos são os seguintes: alunos dos primeiros quatro semestres estão divididos em: até 20 anos, 21 a 30 anos, 31 a 40 anos e acima de 41 anos, obtendo os resultados de 5 (17,2%), 20 (69%), 3 (10,3%) e 1 (3,5%) estudantes respectivamente. Referente aos quatro últimos semestres não se verificou estudantes com menos de 20 anos, mas mantendo o restante das categorias e encontrando o seguinte resultado: 37 (82,2%), 7 (15,6%) e 1 (2,2%) estudantes respectivamente.

4.1.4 Estado civil

O gráfico 4 apresenta o estado civil dos entrevistados em três níveis: Solteiro, casado ou separado.

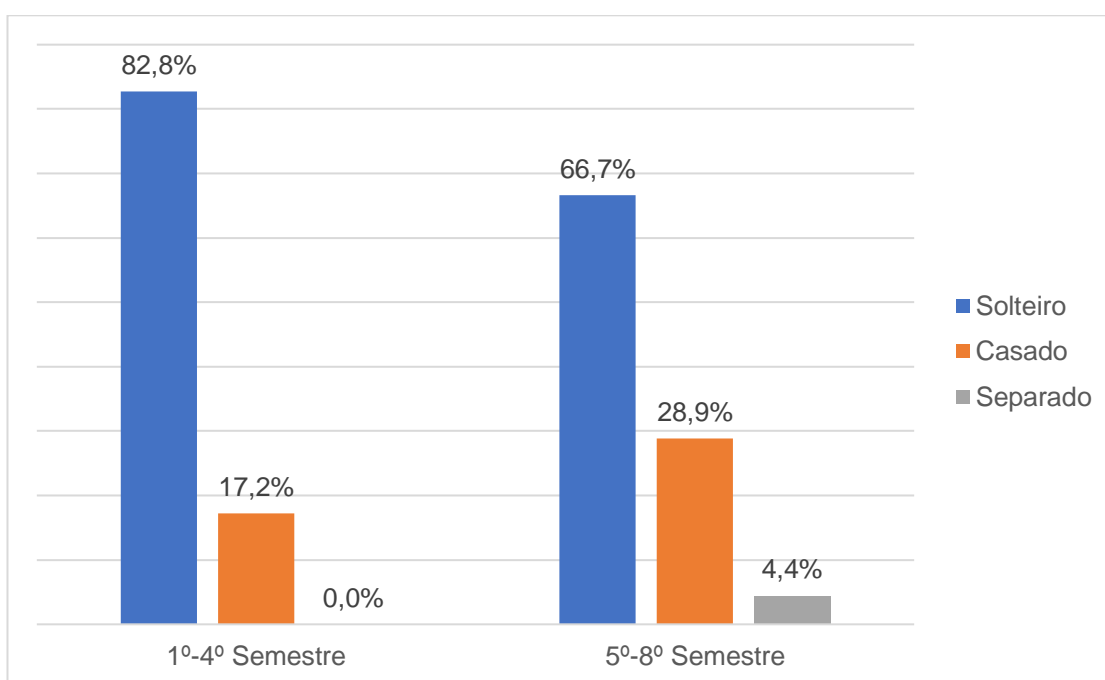


Gráfico 4: Estado Civil

Fonte: O Autor

Ao questionar sobre o estado civil, tinha a opção de quatro possíveis respostas: solteiro, casado, separado e divorciado ou viúvo.

Observando o gráfico, percebe-se que em ambos os grupos os estudantes entrevistados se encontram em sua maioria solteiros, no somatório dos dois grupos, a opção solteiro registrou 73% dos casos.

Analisando individualmente por grupo, os estudantes no início do curso (1º ao 4º semestre) estão dispostos em 24 (82,8%) solteiros e 5 (17,2%) casados, não apresentando nenhuma outra classificação. O segundo grupo, estudantes próximo do término do curso (5º ao 8º semestre), estão dispostos em 30 (66,7%) solteiros, 13 (28,9%) casados e 2 (4,4%) separados ou divorciados.

4.1.5 Ocupação Profissional

A ocupação profissional dos alunos entrevistados é apresentada no gráfico 5.

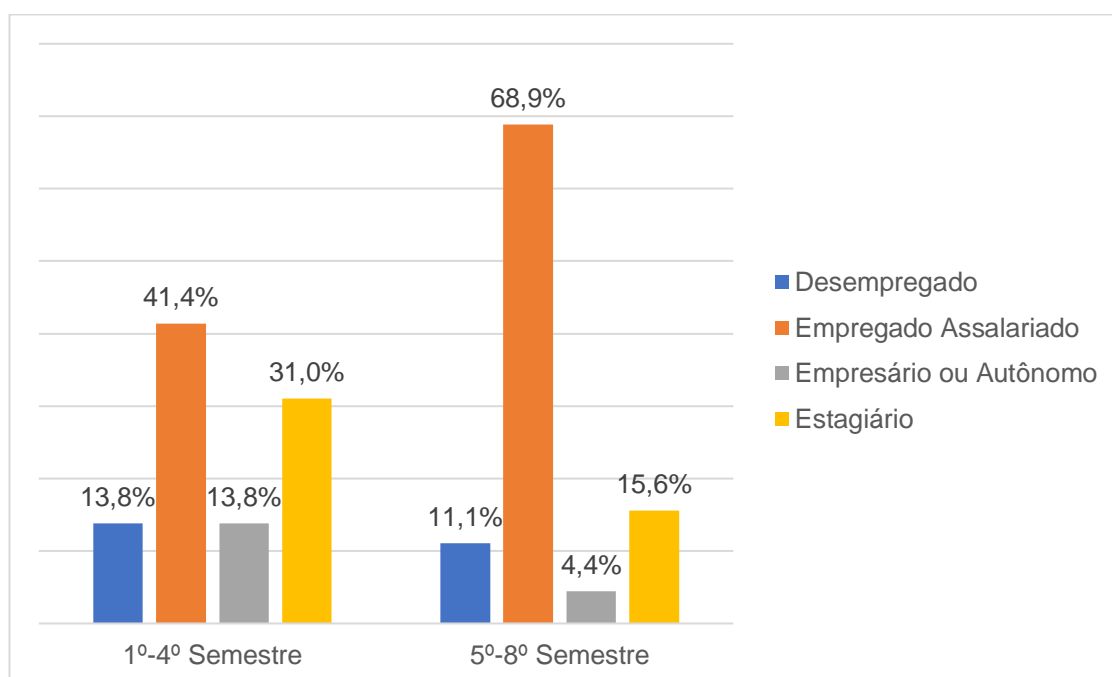


Gráfico 5: Ocupação Profissional

Fonte: O Autor

Ao questionar sobre a ocupação profissional forneceu quatro possíveis respostas: desempregado, empregado assalariado, empresário ou autônomo e estagiário.

Nesse gráfico é apresentado a ocupação profissional dos estudantes no momento da pesquisa, em ambos os grupos a situação de estar com um vínculo de emprego assalariado ou vínculo de estágio são as que representam a maioria dos indivíduos, totalizando cerca de 80% dos entrevistados.

Entre os estudantes dos quatro primeiros semestres, foram obtidos os seguintes resultados: desempregados e autônomos ou empresários correspondem a

13,8% (4 estudantes) para cada um dos grupos, empregados assalariados 41,4% (12 estudantes) e estagiários correspondem a 31% (9 estudantes).

Ao analisar os estudantes dos últimos quatro semestres, obtém-se o seguinte: desempregados correspondem a 11,1% (5 estudantes), com emprego assalariado, mais da metade dos entrevistados, com um total de 31 estudantes ou 68,9%. Os empresários ou autônomos correspondem a 4,4% (2 participantes) e se declararam como estagiários 7 estudantes ou 15,6%.

4.1.6 Renda

O gráfico 6 apresenta a faixa salarial dos entrevistados.

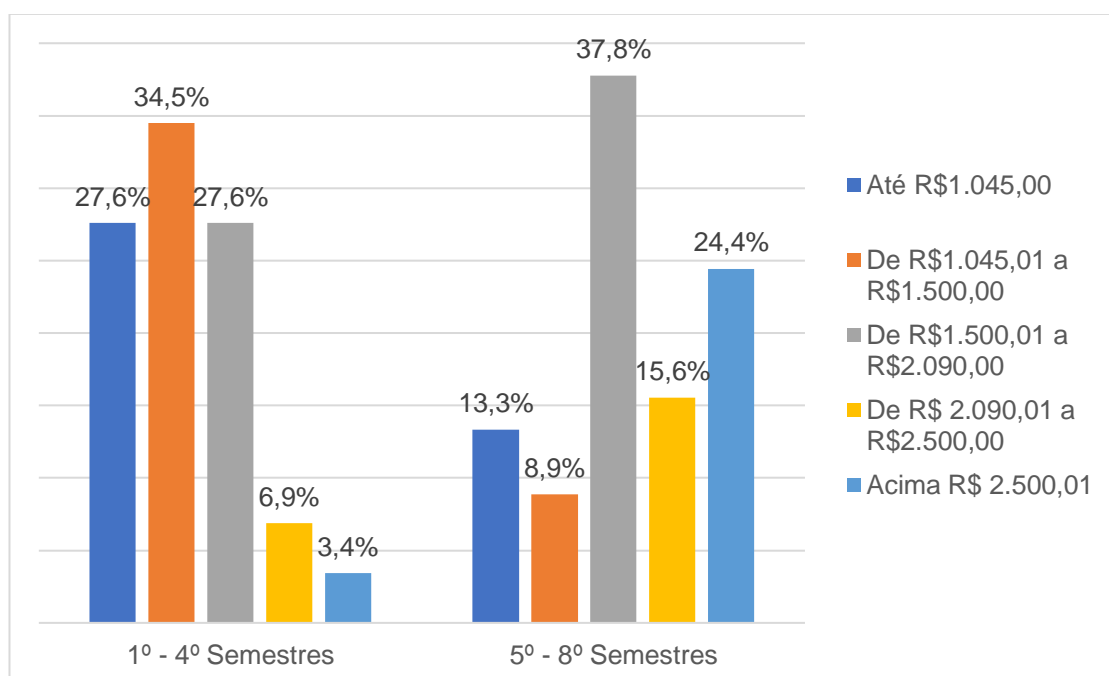


Gráfico 6: Renda

Fonte: O Autor

Nesse gráfico é apresentado a faixa de renda mensal dos estudantes. Ao questionar sobre a faixa de renda mensal foi oferecido cinco possíveis respostas: estudantes que ganham até um salário mínimo (R\$1.045,00), que ganham entre R\$1.045,01 e R\$1.500,00, entre R\$1.500,01 e R\$2.090,00, entre R\$2.090,01 e R\$2.500,00 e acima de R\$2.500,01.

Entre os estudantes dos quatro primeiros semestres, foi encontrado os seguintes resultados: que ganham até um salário mínimo foram 8 (27,6%), que ganham entre R\$1.045,01 e R\$1.500,00 foram 10 (34,5%), entre R\$1.500,01 e

R\$2.090,00 foram 8 (27,6%), entre R\$2.090,01 e R\$2.500,00 foram 2 (6,9%) e acima de R\$2.500,01 foi 1 estudante (3,4%).

Entre os estudantes dos últimos quatro semestres, obteve-se o seguinte: que ganham até um salário mínimo foram 6 (13,3%), que ganham entre R\$1.045,01 e R\$1.500,00 foram 4 (8,9%), que ganham entre R\$1.500,01 e R\$2.090,00 foram 17 (37,8%), que ganham entre R\$2.090,01 e R\$2.500,00 foram 7 (15,6%) e que ganham acima de R\$2.500,01 foram 11 (24,4%).

Analisando os dois grupos juntos, observa-se que 53 estudantes recebem até dois salários mínimos mensais, o que corresponde a aproximadamente 72% dos entrevistados. Também vale ressaltar que a faixa salarial que se sobressai sobre as demais, com 25 (33,8%) dos estudantes está entre R\$1.500,01 a R\$2.090,00.

4.2 CONHECIMENTO SOBRE INVESTIMENTOS

Neste tópico será analisado o conhecimento já adquirido pelos estudantes antes de ingressar na universidade e se eles estão utilizando esse conhecimento de alguma forma.

4.2.1 Educação Financeira Familiar

O nível de educação financeira dos entrevistados, está representado no gráfico 7.

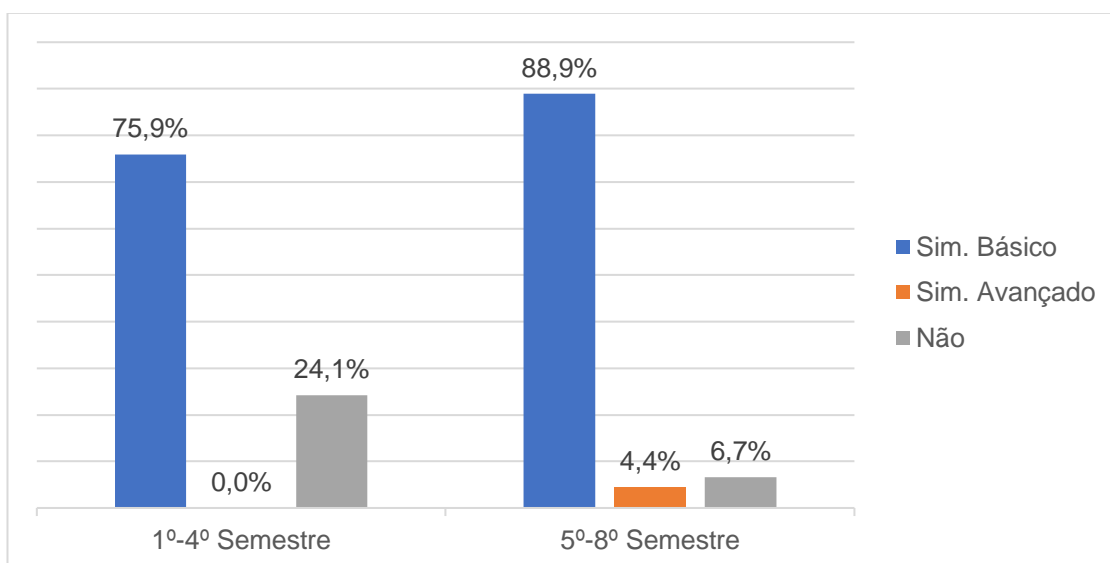


Gráfico 7: Educação Financeira Familiar

Fonte: O Autor

Após análise do gráfico, percebe-se de maneira ampla que em ambos os grupos, aproximadamente 84% (62 estudantes) disseram possuir conhecimento adquirido no âmbito familiar em nível básico sobre educação financeira e o valor do dinheiro.

Entre os entrevistados do primeiro grupo, alunos dos primeiros quatro semestres, foi obtido o seguinte resultado: 22 estudantes (75,9%) disseram ter conhecimento básico em educação financeira, enquanto 7 estudantes (24,1%) disseram não ter recebido. Nesta mesma pergunta, foi oferecido como possível resposta, o conhecimento avançado, como por exemplo: aprender a investir, mas como mostra o gráfico, nenhum aluno reconhece ter recebido este tipo de instrução da sua família.

Em contraste, no segundo grupo, 2 estudantes (4,4%) disseram ter recebido um ensinamento mais extenso sobre finanças e investimentos. Além desses, 40 entrevistados (88,9%) disseram receber um nível básico de ensino e 3 (6,7%) disseram não ter recebido nenhum ensinamento prévio.

Nesta questão, embora não seja o foco do trabalho, pode-se aprofundar em conhecimento para entender por qual(ais) motivo(s) as famílias passam aos seus filhos um conhecimento mais básico sobre educação financeira e investimentos e também abre portas para análise se o ensino fundamental e médio estão ensinando seus alunos sobre este tema tão vital.

4.2.2 Controle Pessoal dos Gastos

O gráfico 8 busca verificar se os alunos efetuam o controle dos seus gastos pessoais.

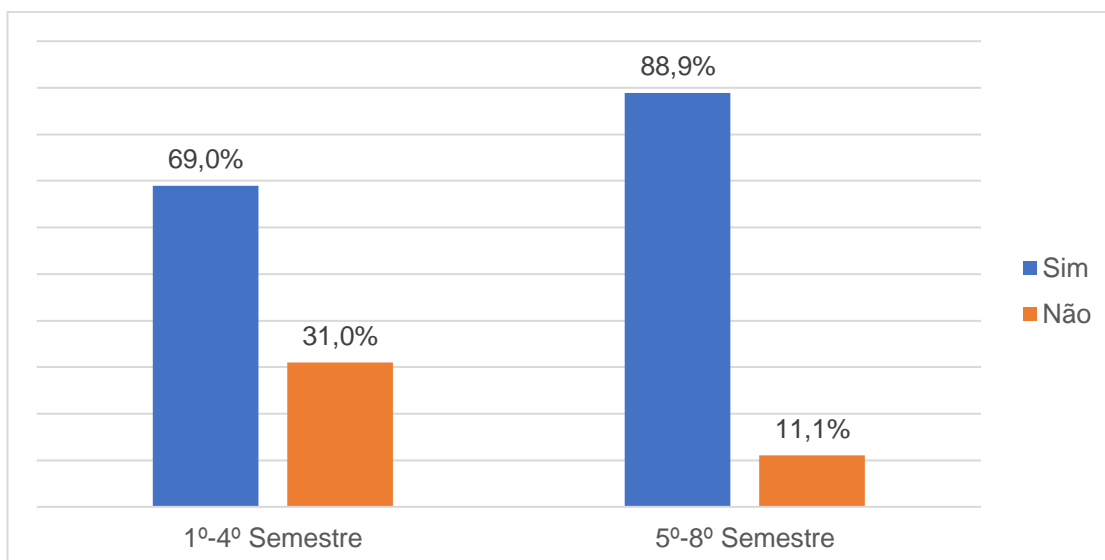


Gráfico 8: Controle Pessoal dos Gastos

Fonte: O Autor

O gráfico, em análise com os dois grupos, mostra que 81%, 60 estudantes, tem como hábito ter um controle de seus gastos pessoais. Essa característica é importante para o crescimento de um capital para investimento.

A amostra apresenta o seguinte resultado: do primeiro grupo 20 alunos (69%) disseram ter controle de seus gastos, enquanto 9 (31%) disseram não ter controle. Na questão anterior sobre conhecimento prévio em educação financeira, este mesmo grupo apresentou um total de 7 estudantes que não receberam esse conhecimento em suas casas. Outro ponto interessante é que desses 7 estudantes, apenas 3 disseram não fazer controle de gastos pessoais mensais. Percebe-se que 6 estudantes (27,3%) dos 22 que responderam ter conhecimento prévio em educação financeira, não o fazem no seu dia-a-dia.

No segundo grupo, alunos dos últimos quatro semestres, 40 (88,9%) responderam ter controle e 5 (11,1%) responderam não ter controle. Comparando, também, com a resposta anterior, o número de alunos que disseram não ter recebido em casa uma educação financeira também foi menor, totalizando 3 alunos. Destes 3 alunos que não receberam conhecimento financeiro em casa, apenas 1 disse não fazer controle de seus gastos mensais, o que nos mostra que 4 estudantes (10%) dos 40 mencionados que aprenderam, não estão utilizando desse conhecimento.

Ao final do estudo, notou-se que 10 estudantes dos 62 que responderam ter conhecimento prévio de finanças pessoais, não estão colocando esse aprendizado em prática no momento que a pesquisa foi realizada.

4.2.3 Ganho x Gastos

A questão sobre ganho e custos visa para mensurar quantos estudantes gastam mais do que recebem mensalmente. O gráfico a seguir apresenta essa informação.

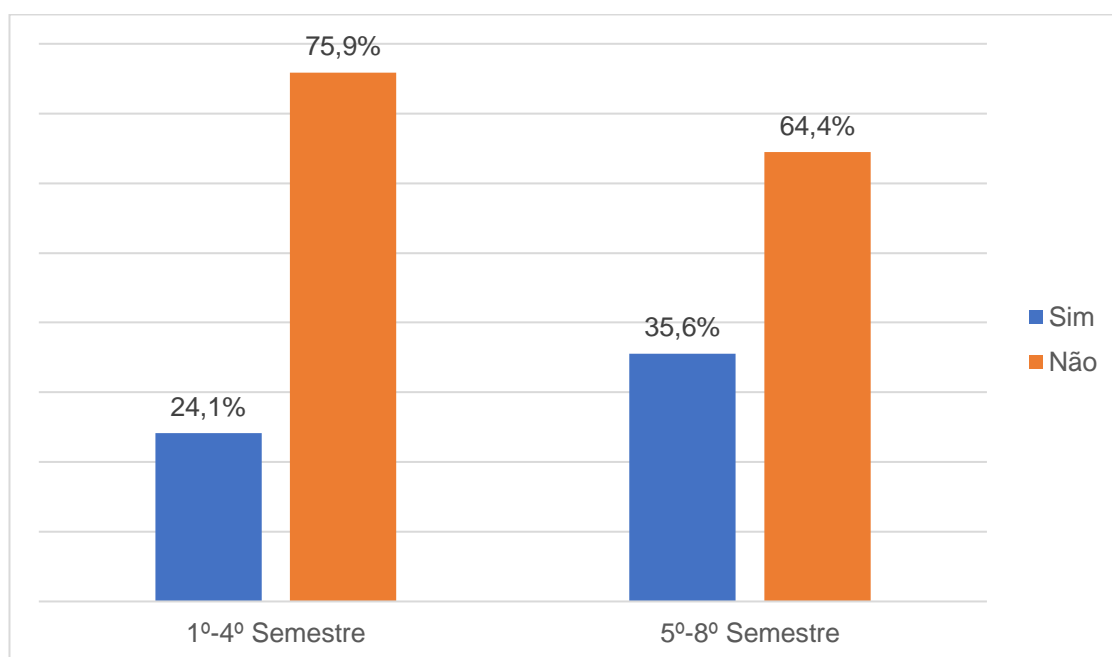


Gráfico 9: Ganho x Gastos

Fonte: O Autor

Como mencionado na delimitação do tema, o foco do trabalho não está ligado sobre o endividamento da população, mas em outro estudo há a possibilidade de analisar o nível de endividamento por outros fatores, como faixa salarial, etária e de gênero.

Analisando os dados coletados, no primeiro grupo 7 estudantes (24,1%) responderam que seus gastos ultrapassam o valor recebido mensalmente, enquanto 22 estudantes (75,9%) responderam gastar dentro de sua faixa salarial mensal. Ao analisar essa pergunta com a anterior, apenas 2 dos 7 estudantes que gastam mais do que ganham são do grupo que não fazem controle dos gastos. Os outros 5

estudantes pertencem ao grupo que controla mensalmente os custos, esses estudantes representam 25% do total deste grupo, que é composto por 20 estudantes.

No segundo grupo, 16 estudantes (35,6%) ultrapassam o valor recebido com as despesas do mês, enquanto 29 (64,4%) responderam que não o fazem. Comparando com a questão anterior, apenas 1 estudante que respondeu gastar mais do que ganha pertence ao grupo que não faz controle. Do grupo que respondeu fazer controle dos gastos e ganhos, 15 ultrapassam o valor recebido por mês com despesas, o que corresponde a 37,5% do total dos 40 entrevistados que fazem controle.

Nessa questão o estudo apontou que mesmo tendo um controle dos gastos, como foi visto que a maioria dos estudantes tem, isso não define sucesso na vida financeira. Há a possibilidade em outro estudo analisar quais fatores são responsáveis por uma parte do grupo não estar tendo pleno êxito no controle dos gastos.

4.3 INVESTIMENTOS

Neste último tópico da pesquisa realizada, será abordado sobre quem está investindo de fato, quais os investimentos compõem a carteira, qual deles acaba sendo o principal e o motivo dessa escolha.

Nessa fase foi analisado o foco principal desse trabalho, porque os estudantes investem em determinada área e se o conhecimento gerado ao longo do curso está influenciando ou não nessa tomada de decisão.

4.3.1 Investir x Não Investir

Nessa questão foi perguntado se os participantes tinham investimentos ou não, o gráfico a seguir mostra o resultado.

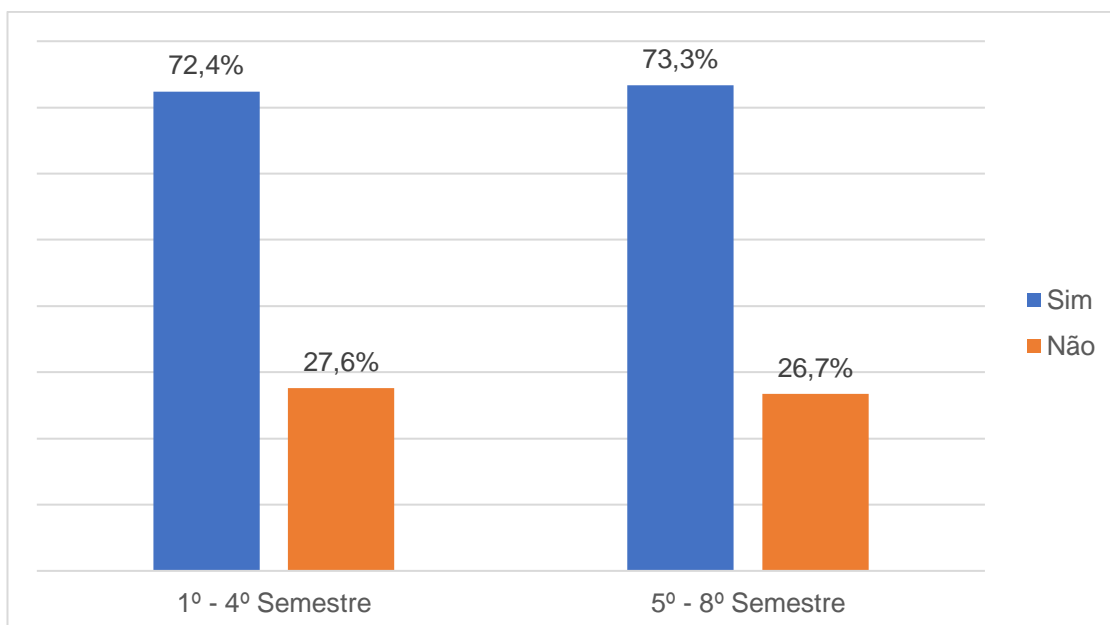


Gráfico 10: Quem possui investimentos

Fonte: O Autor

O gráfico mostra em ambos os grupos, que dos respondentes, mais de 70% possui algum tipo de investimento. No primeiro grupo, 21 estudantes (72,4%) tem investimentos, enquanto 8 (27,6%) não tem nenhum tipo de investimento.

No segundo grupo, o resultado foi semelhante, 73,3% (33 estudantes) disseram ter atualmente algum investimento e 26,7% (12 estudantes) disseram não ter nenhum.

4.3.2 Investimentos Disponíveis

O gráfico 11 retrata quais investimentos os usuários pesquisados têm em suas carteiras.

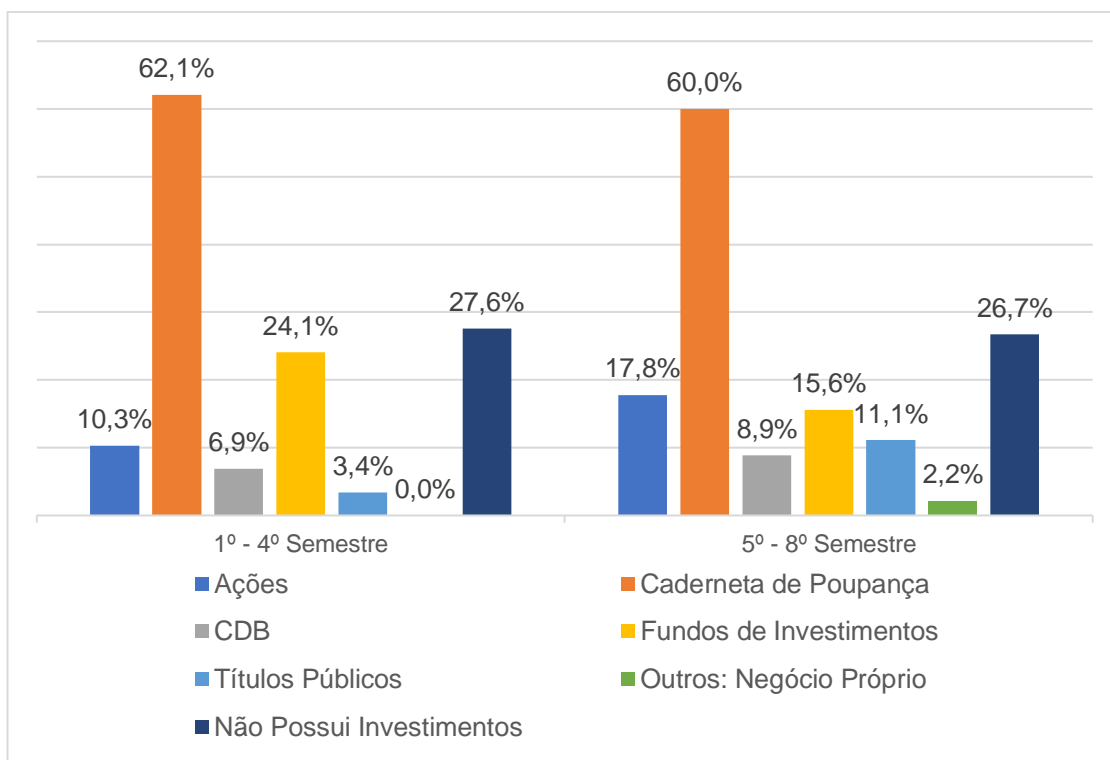


Gráfico 11: Investimentos

Fonte: O Autor

A questão trouxe 5 investimentos já fixados pelo autor da pesquisa e a opção de o respondente marcar outro e dizer qual é esse investimento, se fosse o caso. As opções fixadas foram: ações, caderneta de poupança, CDB, fundos de investimentos e títulos públicos.

Os estudantes do primeiro grupo responderam o seguinte: 3 (10,3%) disseram ter ações, 18 (62,1%) disseram ter caderneta de poupança, sendo que destes, 11 não tem nenhum outro tipo de investimento. Disseram ter CDB apenas 2 (6,9%), 8 (27,6%) disseram ter fundos de investimentos, sendo que destes, 2 não tem outro tipo de investimento, 1 (3,4%) disse ter títulos públicos e 8 (27,6%) responderam não ter nenhum tipo de investimento.

No segundo grupo, esse foi o resultado: 8 (17,8%) responderam ter ações, sendo que 1 não tem nenhum outro tipo de investimento, 27 (60%) responderam ter caderneta de poupança, sendo que destes, 13 não tem outro tipo de investimento. Responderam ter CDB 4 estudantes (8,9%) e destes apenas 1 investe seus recursos somente nesta modalidade, 7 (15,6%) responderam ter fundos de investimentos, onde 2 destes não aplicam em nenhum outro tipo de modalidade.

Ainda sobre os possíveis investimentos do segundo grupo, 5 estudantes (11,1%) responderam ter investimentos em títulos públicos, 1 (2,2%) respondeu ter outro tipo de investimento, que é seu negócio próprio e 12 (26,7%) responderam não ter nenhum investimento.

4.3.3 Principal Investimento

No gráfico a seguir é apresentado qual o investimento de maior importância dos alunos entrevistados.

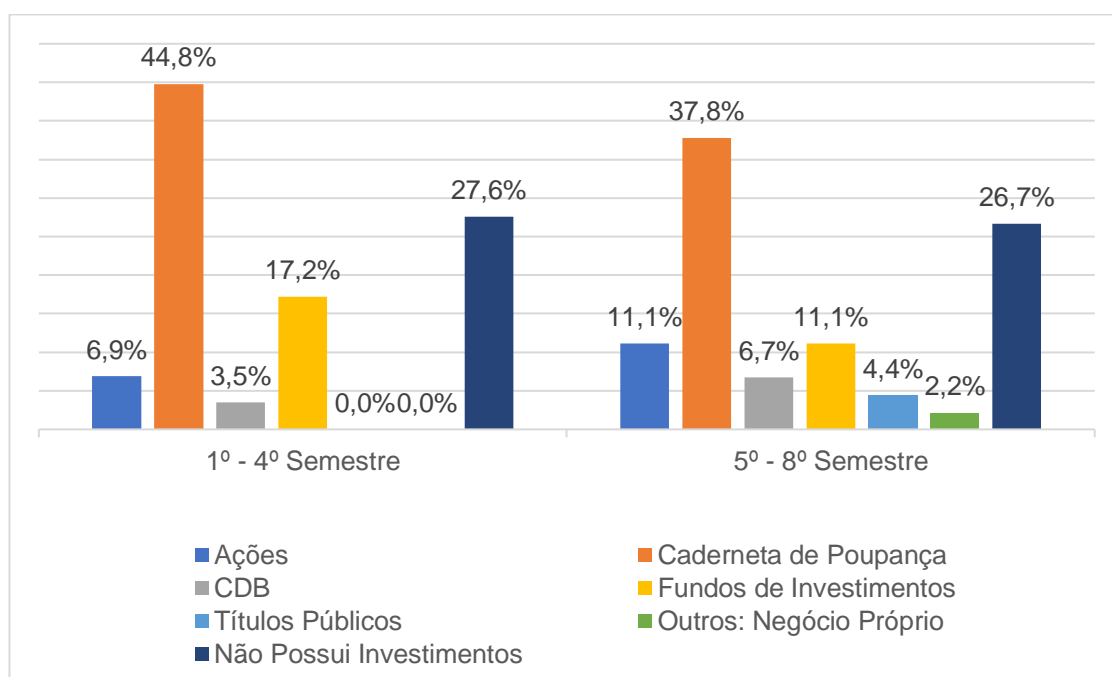


Gráfico 12: Principal Investimento

Fonte: O Autor

Esta etapa da pesquisa procurou definir qual o principal investimento que cada usuário tem, embora foi visto que alguns tem apenas um investimento no momento, é necessário colocar todos os entrevistados na mesma situação para entender por que foi feito a escolha em investir em determinado item e não em outro.

O gráfico mostra que em ambos os grupos, os entrevistados preferem investir na caderneta de poupança. Como já mencionado, Cerbasi (2013) fala que a poupança embora tenha um retorno financeiro bem menor que os outros investimentos, é o de menor risco e atrai investidores com aversão ao risco ou receio de perdas.

O primeiro grupo está organizado da seguinte forma quanto ao seu investimento principal: 2 estudantes (6,9%) em ações, 13 (44,8%) na caderneta de

poupança, 1 (3,5%) em CDB, 5 (17,2%) em fundos de investimentos e 8 (27,6%) que não estão fazendo investimentos.

No segundo grupo, a forma de investimento principal é a seguinte: 5 estudantes (11,1%) em ações, 17 (37,8%) na tradicional caderneta de poupança, 3 (6,7%) em CDB, 5 (11,1%) em fundos de investimentos, 2 (4,4%) em títulos públicos, 1 (2,2%) em seu negócio próprio, entrando na categoria outros e 12 (26,7%) não tendo seu dinheiro investido em nenhuma modalidade.

4.3.4 Motivo da Escolha do Principal Investimento

O gráfico 13 tem como objetivo entender porque os entrevistados escolhem determinado investimento na hora de operar.

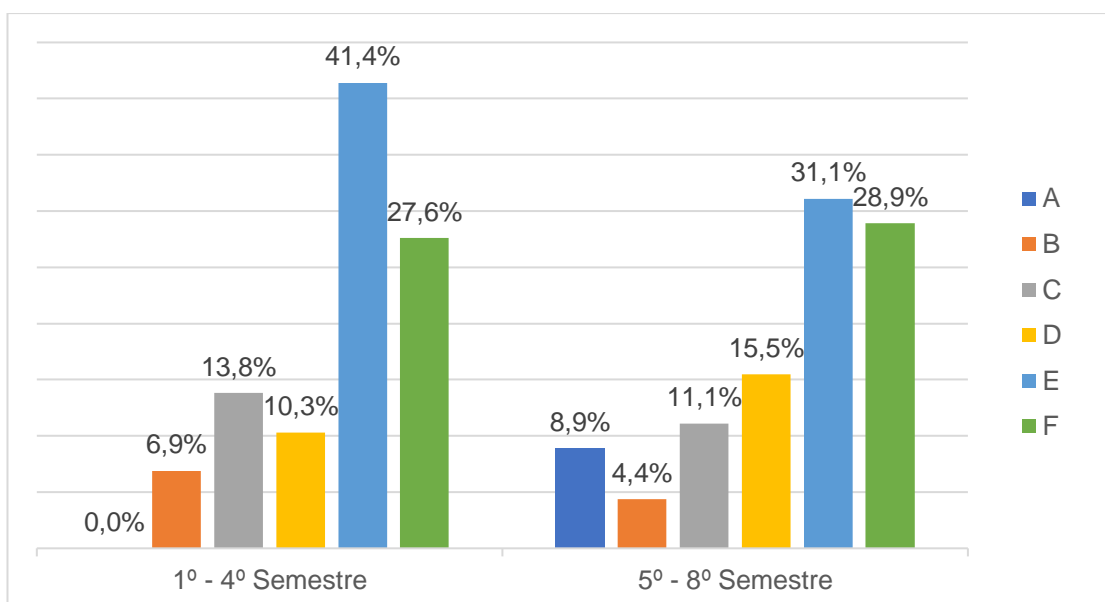


Gráfico 13: Motivo da escolha do principal investimento

Fonte: O Autor

A pergunta feita aos entrevistados foi a seguinte: “Ainda sobre o investimento de maior aplicação, qual o motivo para você escolher esse?”. Foram oferecidas seis possíveis respostas, que no gráfico são apresentadas das letras A à F, o significado de cada letra será apresentado a seguir.

As respostas referentes a cada letra são as seguintes, resposta A: Me traz maior rendimento, apesar do seu alto risco. Resposta B: Me traz um bom rendimento e seu risco é intermediário. Resposta C: Me traz um rendimento maior que algumas operações embora o prazo para resgate não seja imediato. Resposta D: Não me traz

um rendimento tão alto, mas seu risco é baixo. Resposta E: Não me traz um rendimento alto, mas seu risco é baixo e posso resgatá-lo a qualquer momento. Resposta F: Outro. Qual?

No primeiro grupo, estudantes que responderam investir pensando em um bom rendimento, mesmo o risco sendo intermediário ou alto, totalizaram 6,9% (2 estudantes). No segundo grupo, foram 13,3% (6 estudantes) que marcaram essa resposta. Por se tratar de investimentos com considerável grau de risco, em ambos os grupos, 7 dos entrevistados responderam ter como principal investimento, uma carteira de ações e um entrevistado marcou a opção “outros” e mencionou se tratar de negócio próprio.

Quando se trata de investimento com rendimento intermediário e resgate não imediato, 9 responderam entender que a opção “C” é a melhor. No primeiro grupo foram 4 respondentes (13,8%) e todos tendo como principal investimento os fundos de investimentos. No segundo grupo foram 5 respondentes (11,1%), divididos em três principais investimentos, 1 investindo em CDB, 1 em títulos públicos e 3 em fundos de investimentos.

A opção de resposta “D” atraiu mais estudantes com investimentos diferentes que as demais respostas. No primeiro grupo foram 3 estudantes (10,3%) que escolheram essa resposta, cada um deles tendo um investimento diferente, que são: caderneta de poupança, CDB e fundos de investimentos. No segundo grupo, foram 7 estudantes (15,5%) divididos em quatro categorias de investimentos. Dos 7 alunos, 4 possuem caderneta de poupança, um investe em CDB, um em títulos públicos e um em fundos de investimentos.

A resposta “E”, em ambos os grupos, teve o maior número de estudantes com esse pensamento sobre investir, apesar do rendimento não ser alto, o valor pode ser resgatado a qualquer momento. Entre os estudantes dos quatro primeiros semestres, 12 (41,4%) escolheram essa resposta, sendo que todos tem como principal investimento, a caderneta de poupança. Entre os estudantes dos quatro últimos semestres, 14 (31,1%) entendem que o fato de poder resgatar seu capital investido a qualquer momento, é mais importante que um rendimento alto e conseqüentemente um risco maior. Destes estudantes, 12 tem como principal investimento a poupança e os outros dois investem em CDB e fundos de investimentos.

A última resposta fornecida aos respondentes foi a opção “outros”, onde no primeiro grupo teve o total de 8 respostas (27,6%) e todos responderam não possuir

nenhum tipo de investimento. No segundo grupo teve um total de 13 respostas (28,9%), onde 12 não possuem nenhum investimento e 1 estudante com investimento na poupança respondeu apenas deixar seu dinheiro guardado, sem nenhuma intenção de resgatar ou com o nível de rendimento.

4.3.5 Capital Investido

As respostas da pergunta quanto os entrevistados poupam em relação ao seu salário em um período de três meses, será apresentada no gráfico 14.

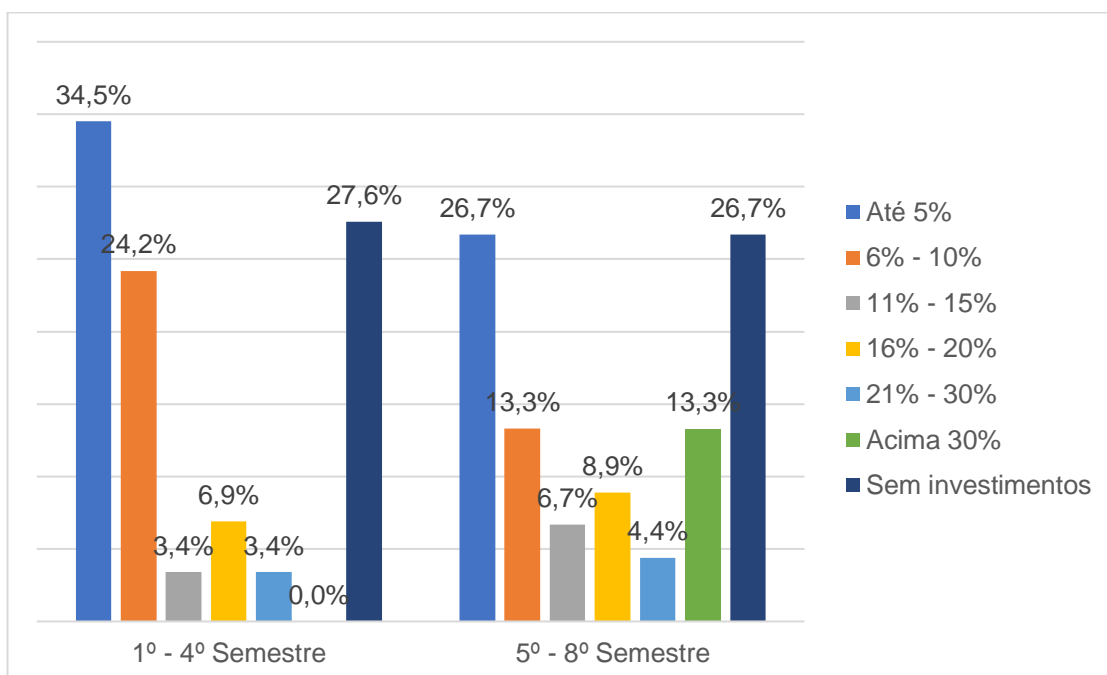


Gráfico 14: Capital Investido

Fonte: O Autor

Nessa questão foi oferecido 6 possíveis respostas e os entrevistados que responderam não possuir investimento, foi modificada a resposta para 'sem investimentos'.

No primeiro grupo, as respostas foram as seguintes: 10 estudantes (34,5%) investem até 5% dos seus ganhos, 7 (24,2%) investem entre 6% e 10%, 1 (3,4%) entre 11% e 15%, 2 (6,9%) entre 16% e 20%, 1 (3,4%) entre 21% e 30% e 8 (27,6%) não possuem investimentos.

Analisando a faixa salarial do primeiro grupo com o percentual aplicado em investimentos, percebe-se que estudantes sem nenhum investimento estão diversificados nas primeiras três faixas salariais, assim como aqueles que investem

até 5% dos seus ganhos. Na quarta faixa salarial, estudantes com rendimentos entre R\$ 2.090,01 e R\$ R\$ 2.500,00 investem entre 16% e 20%.

No segundo grupo, os dados obtidos foram: 12 estudantes (26,7%) investem até 5%, 6 (13,3%) entre 6% e 10%, 3 (6,7%) entre 11% e 15%, 4 (8,9%) entre 16% e 20%, 2 (4,4%) entre 21% e 30%, 6 (13,3%) acima de 31% e 12 (26,7%) não possuem investimento.

Analisando também a faixa salarial desse grupo com seu percentual aplicado em investimentos, percebe-se que estudantes sem investimentos e estudantes com até 5% de seus ganhos aplicados em investimentos, estão presentes em praticamente todas as faixas salariais, com exceção da segunda faixa salarial, estudantes que recebem entre R\$ 1.045,01 e R\$ 1.500,00. Os entrevistados que possuem investimentos de 20% ou mais sobre o seu rendimento salarial, 87,5% estão distribuídos nas três últimas faixas salariais, ganhos acima de R\$ 1.500,01.

4.3.6 Resgate do Investimento

O gráfico a seguir apresenta o tempo que os entrevistados pretendem permanecer com seus investimentos sem realizar retiradas.

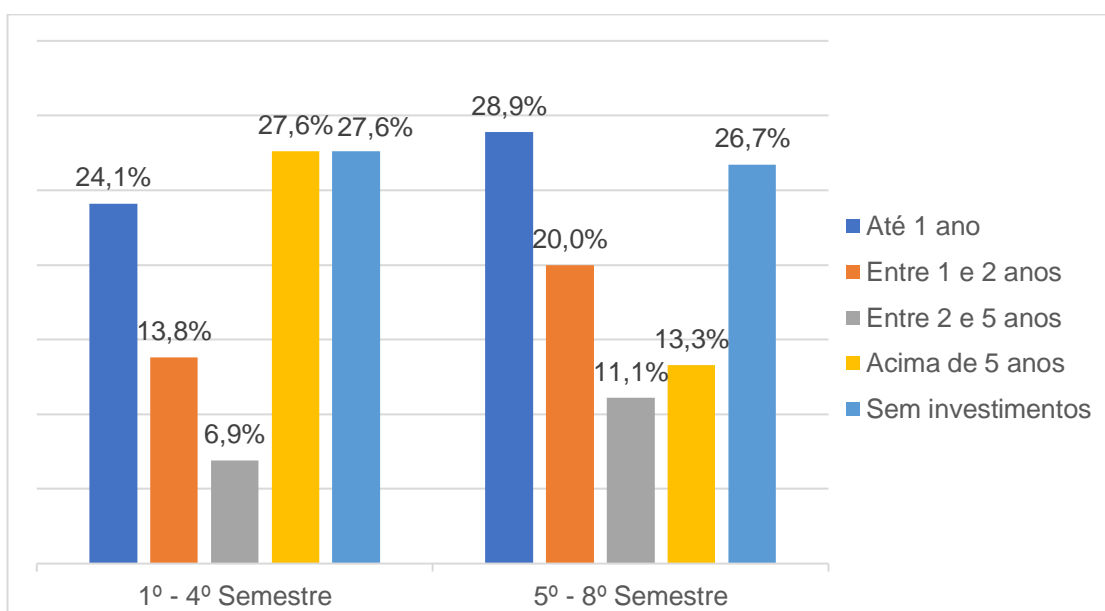


Gráfico 15: Resgate do Investimento

Fonte: O Autor

Como visto no capítulo 2, cada investimento tem seu tempo adequado, sem ser realizados saques, para que possa ter o maior rendimento possível com o menor custo.

Em ambos os grupos, prevalece como escolha principal dos entrevistados, investimentos com duração igual ou menor a 1 ano. Essa escolha de tempo pode ter como razões diversos fatores, que não serão abordados nesse estudo, por não ser o foco, mas em futura análise, pode ser estudado quais motivos são levados em consideração na hora de determinar o tempo que o investimento ficará ativo.

Conforme o gráfico mostra, os entrevistados do primeiro grupo responderam o seguinte: 7 estudantes (24,1%) tem seus investimentos com duração de até 1 ano, 4 (13,8%) com duração entre 1 e 2 anos, 2 (6,9%) com duração entre 2 e 5 anos, 8 (27,6%) com duração superior a 5 anos e 8 (27,6%) sem investimentos.

Os estudantes que responderam ter investimentos de curto prazo, até 1 ano, todos tem como principal investimento a caderneta de poupança. Como mencionado por Cerbasi (2013) a poupança tem como principal atrativo ser para investimento de curto prazo, com pequeno capital e resgate já definido. Investimentos de longo prazo, superior a 5 anos, ficou dividido entre 4 estudantes com a caderneta de poupança e 4 com fundos de investimentos.

No segundo grupo, as respostas foram as seguintes: 13 estudantes (28,9%) com investimentos de até 1 ano, 9 (20%) com duração entre 1 e 2 anos, 5 (11,1%) com duração entre 2 e 5 anos, 6 (13,3%) com duração superior e 5 anos e 12 (26,7%) sem nenhum investimento.

Nesse grupo, estudantes com investimentos de curto prazo, embora sua maioria invista na caderneta de poupança (61,5%), encontra-se outros investimentos, como CDB, títulos públicos, ações e negócio próprio. Também há essa diversidade de investimentos no longo prazo, onde os entrevistados responderam ter como principal investimento a caderneta de poupança, fundos de investimentos, títulos públicos e ações.

4.3.7 Papel da Graduação

O gráfico 16 retrata a importância do ensino oferecido pelo curso de ciências contábeis, na tomada de decisão dos entrevistados na hora de investir.

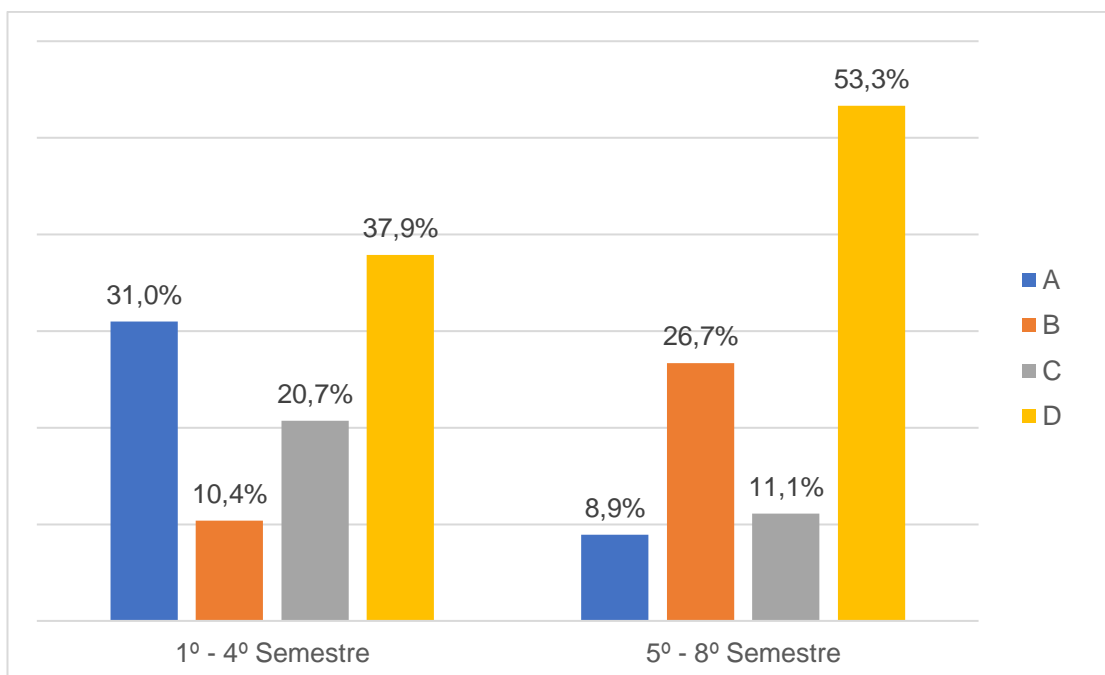


Gráfico 16: Papel da Graduação

Fonte: O Autor

Nesse gráfico é apresentado a última pergunta do questionário, para saber como os estudantes se sentem para entrar no mercado financeiro e começar a investir. A questão trouxe quatro possíveis respostas que no gráfico estão apresentadas pelas letras de A à D. A resposta foram as seguintes: letra A “Ainda não aprendi sobre investimento no curso”, letra B “Não fez diferença”, letra C “Sim, comecei a investir em novas modalidades devido ao conhecimento adquirido no curso” e letra D “Sim, embora não esteja fazendo aplicações diferentes ou já possuía os investimentos antes de ingressar no curso, porém me sinto mais confiante em operar”.

Em ambos os grupos a resposta com maior votos foi a opção D, onde pode-se ver que os alunos estão se sentindo mais confiantes em operar em novos investimentos devido o aprendizado do curso.

Estudantes do primeiro grupo, 31% (9 estudantes) afirmam não ter aprendido sobre investimentos no curso, 10,4% (3 estudantes) alegam ter aprendido, contudo esse aprendizado não fez diferença nas suas escolhas, 20,7% (6 estudantes) afirmam ter tirado proveito desse ensino e iniciado sua rotina em novos investimentos devido a isso e 37,9% (11 estudantes) afirmam ter tirado proveito desse ensino e se sentem confiantes em continuar a investir.

No segundo grupo, 8,9% (4 estudantes) afirmam não ter aprendido ainda no curso sobre investimentos, 26,7% (12 estudantes) afirmam ter aprendido e o ensino não fazer diferença em suas decisões, 11,1% (5 estudantes) responderam além de ter o conhecimento em investimentos, que usam ele em novas modalidades e 53,3% (24 estudantes) afirmam se sentir confiantes em continuar a fazer suas operações financeiras.

5 CONCLUSÃO

De acordo com os resultados obtidos pelo questionário, neste capítulo serão apresentadas algumas considerações levando em conta os dados coletados, junto com o embasamento teórico.

Este estudo teve como objetivo geral descrever alguns investimentos disponíveis no mercado e compará-los entre os estudantes do início e do final do curso, a fim de saber se há diferença na hora da escolha.

O objetivo geral abriu possibilidades para objetivos mais específicos, que neste trabalho totalizaram quatro. Os dois primeiros deles foi conhecer os principais investimentos disponíveis no mercado financeiro e identificar os mais atrativos a determinados grupos, objetivos esses, alcançado.

O capítulo 2 deste trabalho, onde se encontra o embasamento teórico, descreve os principais investimentos encontrados no mercado e a relação deles com seu público alvo. Há investimentos para os diversos tipos de investidores, desde os mais conservadores com aversão ao risco de perda, como a caderneta de poupança e a compra de títulos públicos, até os investidores mais arrojados, com pouca ou nenhuma aversão ao risco de perda, nesse grupo há o mercado de ações.

O terceiro objetivo específico foi identificar em quais investimentos os estudantes estão aplicando seus recursos, nesse momento já dividindo os estudantes do curso de ciências contábeis em dois grupos, estudantes do início e do término do curso.

Esse objetivo também foi alcançado com a aplicação do questionário, onde foi possível entrevistar 74 estudantes do curso, sendo 29 estudantes matriculados nos primeiros quatro semestres e os outros 45 estudantes, matriculados nos últimos quatro semestres.

A análise do questionário identificou que os investimentos disponíveis na pesquisa atraem aos estudantes de ambos os grupos. De um lado se encontra investimentos mais conservadores, como a caderneta de poupança, em ambos os grupos ficou em torno de 60%. Em contrapartida, do lado oposto, há investimentos não tão conservadores, para os estudantes com um instinto em querer arriscar mais, investindo em ações e em negócio próprio. Esse grupo representa em torno de 10% e 20% dos estudantes do início e do final do curso, respectivamente.

Por fim, o quarto e último objetivo específico trata de comparar se há semelhanças entre os investimentos de ambos os grupos e se o conhecimento ofertado pelo curso está incentivando a novos investidores nesse mercado cheio de possibilidades.

Nesse objetivo foi possível relacionar o investimento principal que os estudantes possuem, o prazo para resgate, o motivo para investir em determinado ativo e a relação do curso com a prática.

No primeiro tópico foi relacionado os investimentos entre os grupos. Analisando o questionário, investimentos como a poupança, de baixo risco, é o principal dos dois grupos, ultrapassando 40% dos entrevistados. Percebe-se também que investimentos como o mercado de ações, de alto risco, vem ganhando a confiança dos estudantes do segundo grupo, onde 13,3% deles atuam principalmente desse lado do mercado, enquanto 6,9% do primeiro grupo fazem isso.

O segundo tópico relaciona os investimentos com o tempo que o capital ficará investido. Estudantes do primeiro grupo, em sua maioria, escolheram o tempo que o investimento ficará rendendo conforme as características do próprio investimento relacionados nesse trabalho. Como visto por Cerbasi (2013), a poupança é indicada para períodos curtos, quando se trata de períodos mais longos há outros investimentos disponíveis mais atrativos no mercado, um exemplo é o fundo de investimentos.

Os estudantes dos primeiros quatro semestres, em sua maioria, compartilham esse mesmo entendimento, quando todos que investem em curto prazo optaram pela poupança e os estudantes que investem no longo prazo, a metade tem como principal investimento, os fundos de investimentos e a outra metade a poupança. Entre os estudantes dos últimos quatro semestres, há uma diversidade na escolha que o investimento ficará aplicado, tanto no curto como no longo prazo, há estudantes operando em diversas modalidades.

O terceiro tópico relaciona os investimentos com o motivo do investidor fazer isso. A pesquisa feita com os estudantes, mostra que eles estão operando com conhecimento na área, independentemente de serem do primeiro ou segundo grupo. Os estudantes ao investir pensando em maior ganho e conseqüentemente maior risco, procuram investir no mercado de ações, quando buscam menor risco e conseqüentemente menor ganho, investem na caderneta de poupança e quando buscam encontrar equilíbrio entre esses dois lados da balança, estão investindo em

outros investimentos mais compatíveis como CDB e fundos de investimentos, por exemplo.

O último tópico visa trazer todo esse conhecimento no mercado financeiro com a prática do dia a dia e o quanto o curso está direta ou indiretamente ligado nisso. A pergunta não tem como objetivo mensurar o nível de satisfação dos estudantes e sim se eles se sentem preparados para essa nova etapa e se isso é proveniente do curso ou não.

O resultado obtido em ambos os grupos mostra que o curso vem capacitando novos investidores. Ao todo, 47% do total de estudantes entrevistados, estão usando o conhecimento do curso para continuar seus investimentos e melhorar suas movimentações financeiras dentro do mercado e aproximadamente 15% começou a operar em novas modalidades devido ao curso. Vale ressaltar então que, 62% dos entrevistados estão se beneficiando do aprendizado e assim trazendo novos rostos e novas histórias a um mercado tão competitivo e cheio de oportunidades.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Cyntia Rachel Fernandes. **Finanças Pessoais: Identificação dos Fatores que Influenciam no Endividamento dos Campinenses**, 2016. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Administração) Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande, 2016. Disponível em: <http://dspace.bc.uepb.edu.br/jspui/bitstream/123456789/14942/3/PDF%20%20Cyntia%20Rachel%20Fernandes%20de%20Andra%20de.pdf>. Acesso em: 20 mai. 2019.

BRITO, Osias. **Guia prático de economia e finanças**. 1 ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2016.

CALADO, Luiz Roberto. **Fundos de Investimentos: Conheça antes de investir**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

CERBASI, Gustavo. **Investimentos Inteligentes**. 1 ed. Rio de Janeiro: Editora Sextante, 2013.

GIL, Antonio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 4 ed. São Paulo: Editora Atlas, 2002.

GITMAN, Lawrence J. **Princípios de Administração Financeira**. 12 ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2010.

JAY, Meg. **A Idade Decisiva**. Rio de Janeiro: Sextante, 2014.

LUQUET, Mara. **Guia valor econômico de finanças pessoais**. 2 ed. rev. e atual. São Paulo: Globo, 2007.

NETO, Alexandre Assaf. **Mercado Financeiro**. 9 ed. São Paulo: Editora Atlas, 2010.

PIRES, Valdemir. **Finanças pessoais: Fundamentos e dicas**. Piracicaba: Editora Equilíbrio, 2006.

SANTOS, José Odálio. **Finanças pessoais para todas as idades: Um guia prático**. São Paulo: Atlas, 2014.

SILVA, Edna Lúcia da; MENEZES, Estera Muszkat. **Metodologia da Pesquisa e Elaboração de Dissertação**. 3ª ed. rev. e atual. Florianópolis: Laboratório de ensino a distância da UFSC, 2001. Disponível em: <https://projetos.inf.ufsc.br/arquivos/Metodologia%20da%20Pesquisa%203a%20edicao.pdf>. Acesso em: 17 abr. 2020.

TITONI, Jennifer. **Planejamento Financeiro Pessoal: O comportamento financeiro dos estudantes de graduação do curso de ciências contábeis da Unisinos**, 2017. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Ciências Contábeis) Universidade do Vale do Rio dos Sinos – Unisinos, São Leopoldo, 2017. Disponível em: <https://ged.unisinos.br/DocuWare/Platform/WebClient/Client/Viewer?orgId=1>. Acesso em: 20 mai. 2019.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e Relatórios de Pesquisa em Administração**. 16 ed. São Paulo: Editora Atlas, 2016.

WEBER, Carine. **Análise do Conhecimento Financeiro dos Alunos de Ensino Médio**, 2016. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado de Ciências Contábeis) Universidade do Vale do Rio dos Sinos – Unisinos, São Leopoldo, 2016. Disponível em: <https://ged.unisinos.br/DocuWare/Platform/WebClient/Client/Viewer?orgId=1>. Acesso em: 20 mai. 2019.

APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO DE PESQUISA

Prezado(a) Colega,

Meu nome é Jean, estou aplicando este questionário para realização do meu Trabalho de Conclusão de Curso, cujo objetivo é verificar e analisar o comportamento financeiro dos estudantes de graduação de Ciências Contábeis no que se refere ao tema Finanças Pessoais e qual o grau de importância do curso nisso. Desde já conto com a sua colaboração e meus sinceros agradecimentos pela sua participação.

1. Sexo:

- Masculino
- Feminino

2. Qual sua idade? _____

3. Qual semestre está cursando?

- 1º e 2º Semestre
- 3º e 4º Semestre
- 5º e 6º Semestre
- 7º e 8º Semestre

4. Qual o curso?

- Bacharel em Ciências Contábeis
- Outro. Qual?

5. Estado civil

- Solteiro(a)
- Casado(a)/União estável
- Separado(a)/Divorciado(a)
- Viúvo(a)

6. Ocupação profissional:

- Desempregado
- Empresário ou autônomo
- Empregado Assalariado
- Estagiário
- Outro. Qual? _____

7. Indique sua renda mensal:

- Até R\$ 1.045,00
- De R\$ 1.045,01 a R\$ 1.500,00
- De R\$ 1.500,01 a R\$ 2.090,00
- De R\$ 2.090,01 a R\$ 2.500,00
- Acima de R\$ 2.500,01

8. Você teve algum tipo de educação financeira em seu ambiente familiar?

- Sim. Básico (aprender a economizar);
- Sim. Avançado (aprender a investir em renda fixa ou renda variável);
- Não.

9. Você faz controle de seus gastos pessoais mensais?

- Sim
- Não

10. Seus gastos mensais ultrapassam o valor mensal recebido?

- Sim
- Não

11. Você possui algum tipo de investimento?

- Sim
- Não

12. Qual(ais) tipo(s) de investimento(s) você possui em sua carteira? (Múltipla escolha)

- Caderneta de Poupança
- CDB
- Títulos Públicos
- Ações
- Fundos de investimentos
- Outro. Qual? _____
- Não possui investimentos

13. Dos investimentos escolhidos, qual deles você tem maior aplicação? (Apenas 1)

- Caderneta de Poupança
- CDB
- Títulos Públicos
- Ações
- Fundos de investimentos
- Outro. Qual? _____

14. Ainda sobre o investimento de maior aplicação, qual o motivo para você escolher esse?

- Me traz maior rendimento, apesar do seu alto risco.
- Me traz um bom rendimento e seu risco é intermediário.
- Me traz um rendimento maior que algumas operações embora o prazo para resgate não seja imediato.
- Não me traz um rendimento tão alto, mas seu risco é baixo.
- Não me traz um rendimento alto, mas seu risco é baixo e posso resgatá-lo a qualquer momento.
- Outro. Qual? _____

15. Em um período de três meses, quanto do seu salário você consegue investir?

- Até 5%
- De 6% a 10%
- De 11% a 15%
- De 16% a 20%
- De 21% a 30%
- Acima de 30%

16. O(s) seu(s) investimento(s) tem a finalidade de ser(em) recuperado(s) em qual prazo?

- Antes de 1 ano;
- Entre 1 e 2 anos;
- Entre 2 e 5 anos;
- Depois de 5 anos.

17. Você considera que a graduação do curso está ajudando no seu desenvolvimento de comportamento financeiro em novos tipos de investimentos?

- Sim, comecei a investir em novas modalidades devido ao conhecimento adquirido no curso;
- Sim, embora não esteja fazendo aplicações diferentes ou já possuía os investimentos antes de ingressar no curso, porém me sinto mais confiante em operar;
- Não fez diferença.
- Ainda não aprendi sobre investimentos no curso.

Muito obrigado pela sua participação!